AS ALIANÇAS DIVINAS DE

REDENÇÃO & OBRAS



ARTHUR PINK

As Alianças Divinas

O Pacto de Redenção e o Pacto de Obras

Por Arthur Pink.

Traduzido por renan Abreu @2017

Sumário

Prefácio
Introdução
O Pacto Eterno
A Aliança Adâmica

PREFÁCIO

Arthur Walkington Pink nasceu em Nottingham, Inglaterra, em 1886, se converteu por volta do ano de 1908; faleceu em 1952. Estudou por apenas seis semanas no Moody Bible Institute em Chicago, Estados Unidos, antes de iniciar seus trabalhos pastorais no Colorado. Arthur Pink manteve um jornal mensal que foi publicado sem interrupções do ano de 1922 a 1953. Seus ensinos são claros, zelosos, com uma exposição cuidadosa e centrada em Cristo. A obra que ficou conhecida como "Divine Covenants", foi resultado de uma série de artigos iniciada em 1934. Esta é a tradução dos três primeiros artigos. Nesta série, Pink fez uma exposição bem minuciosa sobre as alianças/pactos divinos – Eterno, Adâmico, Noáico, Abraâmico (Traduzido pelo OEstandarteDeCristo), Mosáico, Davídico, Nova Aliança. Esse entendimento ficou conhecido em nossos dias como Federalismo de 1689 – desconsiderando uma leve modificação no que diz respeito ao pacto da circuncisão com relação ao ensino de Coxe e Knollys. Nesta matéria, e

contra o dispensacionalismo de sua época, Pink ensinou o mesmo conteúdo dos primeiros batistas que editaram e subscreverem a Confissão de Fé Batista de 1689 - a saber, os mais proeminentes, Nehemiah Coxe, Hanserd Knollys e William Kiffin.

O Federalismo de 1689 propõe uma antítese entre Pacto de Obras e Pacto de Graça, Antiga Aliança (Sinai) e Nova Aliança. As alianças após a queda foram pactos em si mesmos, pequenas expressões pactuais que relembraram o Pacto de Obras ao mesmo tempo que eram subservientes ao Pacto Eterno. Enquanto no Antigo Testamento o *Pacto Eterno existiu nas promessas e nos tipos pactuais, no Novo Testamento, houve o estabelecimento formal do Pacto de Graça/Nova Aliança*.

As alianças descritas no Antigo Testamento[1] *revelam* o Pacto de Graça *formalmente realizado* no sangue de Cristo. O Pacto de Graça foi estabelecido somente em caráter de promessas no AT e se fez suficiente para a salvação de pecadores. Dessa forma, no Antigo Testamento, os crentes, e somente estes, estavam no Pacto de Graça, pois somente os crentes creram na promessa de formalização. Pink

afirma a diferença substancial entre as antigas alianças e o a aliança eterna:

> *Estas alianças subordinadas eram o modo em que o Senhor manifestava de modo público e especial a grande aliança*[2]

Também, sob o Novo Testamento, os crentes, e somente estes, estão no Pacto de Graça formalizado em Cristo. Tanto no AT e NT indivíduos recebem a salvação por meio da fé em Cristo Jesus, e em ambos os casos apenas crentes tem direito às bênçãos do Pacto de Graça, pois somente eles participam dos méritos de Cristo.

Com relação ao primeiro pacto, chamado de Pacto de Obras, feito entre Deus e Adão, Pink afirma que era de caráter probatório. Em sua condescendência, Deus decidiu se comprometer a uma recompensa mediante o teste do fruto proibido. Adão foi criado com todas as condições para cumprir as exigências desse pacto.

> *"Em terceiro lugar, como um ser responsável, um agente moral que foi*

dotado com o livre-arbítrio, Adão tinha necessariamente de ser colocado em provação, submetido a um teste real de seu temor a Deus, antes de ser confirmado ou receber um duradouro padrão em suas perfeições de criatura. Porque Adão foi uma criatura, mutável e falível, possuía total dependência do seu criador, e, por esse motivo, foi colocado sob teste para mostrar se poderia assegurar ou não sua independência, a qual estaria aberta para revolta contra seu criador e ao repúdio à sua criação"[3]

A condescendência de Deus foi bem explicada por Bavinck:

"A promessa de vida eterna feita a Adão em caso de obediência foi da natureza que os teólogos reformados ensinaram em sua doutrina da aliança de obras. Houve um mérito ex pacto (originado de uma aliança), não ex condigno. As boas obras do ser humano nunca merecem a

> *glória do céu, elas nunca são do mesmo peso e mérito (condignidade)”* [4]

O primeiro Adão falhou, mas o segundo realizou, no Pacto de Graça as tarefas análogas (porque são pactos distintos) àquelas que Adão não conseguiu no de obras, e a sua justiça nos foi imputada. Um excelente paralelo foi realizado na conclusão do último capítulo.

Arthur Pink esclarece que a relação entre as funções pactuais de Adão e dos pecadores pactuados não são iguais. Um é o representante, os outros, representados. Se as tarefas de Adão forem restituídas aos eleitos sob o Pacto de Graça como alguns, a semelhança do teólogo Van Groningen, afirmam, logo, não restará lugar à justificação somente pela fé, pois o Pacto de Graça será substancialmente o mesmo Pacto de Obras feito com Adão. Arthur Pink, portanto, nos ajuda entender qual a real substância e implicações das Doutrinas da Imputação e Justificação pela fé.

Existiu uma clara e necessária implicação de recompensa, no pacto de obras, a qual Adão receberia pelo cumprimento das condições. Pink está

de acordo com a ortodoxia reformada. Sua posição identifica-se com as de Coxe, Turretini e Calvino que dizem, respectivamente:

> *"Se o pacto é de obras, a restipulação deve ser ao fazer as coisas requeridas nele, até mesmo ao cumprir suas condições em obediência perfeita à sua lei. Assim, a RECOMPENSA é devida de acordo com os termos de tal pacto. (Não entenda como um débito absoluto [de Deus para com os homens], mas um débito por causa da aliança [pois Deus obrigou-se a tal por meio dela].) Mas se for um pacto da graça livre e soberana, a restipulação requerida é o receber humildemente as promessas sobre as quais o pacto é estabelecido, ou nelas crer sinceramente. Portanto, a RECOMPENSA ou a benção pactual é imediata ou eminentemente de graça."*[5]
>
> *"Não obstante, a opinião aceita entre os ortodoxos é a de que a promessa dada a Adão não era apenas de uma vida feliz a*

ser continuada no paraíso, mas de uma vida celestial e eterna (para a qual ele seria levado APÓS SEGUIR O CURSO DA PERFEITA OBEDIÊNCIA E PERSEVERANÇA, que Deus lhe havia prescrito como PROVA de sua fé)"[6]

"[...]Deve-se, portanto, mirar mais alto, visto que a proibição da árvore do conhecimento do bem e do mal FOI UM TESTE DE OBEDIÊNCIA, de modo que, ao obedecer, Adão podia PROVAR que se sujeitava à autoridade de Deus, de livre e deliberada vontade[...]"[7]

O elemento essencial no Pacto de Obras é a promessa anexada a ele. "No dia em que dela comer, certamente morrerá" implica necessariamente no inverso: "Se você não comer dela, certamente viverá". O mesmo que ocorre em: "Regozija-se no Senhor" para "não murmure contra Deus". Mas, deve-se ressaltar que Deus não estava em débito com o homem; o princípio geral "em [guardar os divinos mandamentos], há grande recompensa" (Salmo 19.11) não admite exceção, e é uma

condescendência de Deus. "O que fizer essas coisas terá vida por meio delas" (Gálatas 3.12); mas a lei "se achou fraca por causa da carne" - Romanos 8.3.

Adão caiu de sua condição original; ele era o mais apto a receber o fruto da árvore da vida. Mas, a corrupção se instalou em sua posteridade e toda extensão da vida humana ficou contaminada pelo pecado. Isso não significa que o indivíduo é tão mau como poderia ser. Correto é afirmar que em todas as áreas da vida o homem age de modo inaceitável diante de Deus. O homem é incapaz de amar, pensar, desejar, agir de acordo com as leis de Deus. Após a queda, a humanidade "não pode não pecar"[8].

> *"10 Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós." – 1 João 1.10*

Como Adão era o representante legal de toda a raça humana, todos os homens caíram. Em Adão, a raça humana caiu, e, por natureza, são chamados de filhos da ira de Deus.

> *"Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência; entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais."- Efésios 2.1-3*

Não obstante a queda, as obrigações do homem com relação ao Pacto de Obras não foram abolidas. Apenas um novo pacto poderia fazer isso. John Owen afirma que apesar da queda, resquícios do primeiro pacto foram relembrados por pactos subsequentes:

> *"O pacto com Adão tinha benefícios a serem esperados por ele com respeito aceitação de Deus. Ele não foi abolido por qualquer ato de Deus, foi apenas feito fraco e insuficiente para o fim que*

> *foi realizado. Quando alguém recebe a benção salvífica prometida na primeira promessa após a queda, Gn 3.15, então o primeiro pacto com Adão cessa na vida dele, bem como toda maldição e obrigação de obediência como condição de vida. Isso porque a maldição foi recaída sobre o Mediador, bem como a perfeita obediência para vida. Mas, aqueles que não recebem as bênçãos desse novo pacto estão sob o primeiro pacto não como um pacto, mas como lei, porque nem a obediência é possível nem a maldição é cessada."*[9]

Pink afirma que o Pacto de Obras, ou melhor, a essência do Pacto de Obras, ainda existe com variações, mas não com um novo modo de aceitação e justificação. Essa essência foi percebida ou relembrada nos pactos de obras subsequentes – especialmente o Paco no Sinai. Portanto, a raça humana deve obediência mesmo sendo incapaz de se auto justificar; Lc 17.10. A possibilidade de perfeição foi completamente perdida; Rm 11.6.

Portanto, os pactos subsequentes são pactos de obras graciosos mesclados ao Pacto de Graça que existiu em caráter de promessa até que houvesse a formalização no sangue de Cristo.

Portanto, para haver mudança essencial do Pacto de Obras seria necessário que o modo de aceitação do status legal dos pactuados mudasse, o que não ocorreu no primeiro pacto. Nem o comprometimento com o Pacto de Circuncisão nem com o Pacto no Sinai pôde mudar o status legal do homem diante de Deus. Caso contrário, todos os descendentes de Abraão poderiam requerer herança celestial, ou até mesmo a herança terrena, a saber, o direito à terra de Canaã. Visto que não é possível mudar a essência do Pacto de Obras, Cristo formaliza em seu sangue um Novo Pacto que existia em promessas. Com relação à Ele mesmo, era um Pacto de Obras, mas de Graça com relação ao pecador. Woosley explica que o caráter justificador está tanto no primeiro pacto quanto no pacto com Cristo.

> *"Bullinger também ressalta que a promessa da vida ainda está vinculada à*

> *obediência perfeita à lei. Se o homem pudesse satisfazer perfeitamente as exigências da lei divina, ele estaria justificado perante Deus. Contudo, é claro, desde a queda esta é apenas uma proposição hipotética, visto que é impossível ao homem pecador cumprir a lei.”*[10]

Se o homem for justificado por suas obras, seja para a salvação eterna ou recebimento de benção temporais de acordo com o pacto em si[11], a essência da Nova Aliança será a mesma do primeiro pacto realizado com Adão. Doutro modo, será da essência do Pacto Eterno que foi revelado progressivamente na história em promessas, até que chegasse sua formalização Pública. Pink afirma a segunda proposição.

Portanto, é de suma importância atentarmo-nos para o conceito do Pacto de redenção e o Primeiro Pacto chamado de Obras afim de compreender a natureza da Imputação e Justificação pela Fé. Me esforcei em realizar a tradução dos dois primeiros capítulos da obra “Divines Covenants”. Apesar do ensino de

Pink ser distinto – após o Pacto de Obras, do ensino da Confissão de Fé de Westminster – creio que os dois primeiros capítulos serão úteis a todos que zelam pela Doutrina Ortodoxa e Reformada do Pacto de Obras, pois neste ponto, tanto a CFB1689 e CFW afirmam a mesma substância. Não sou tradutor profissional, e, se em algum ponto não consegui optar pela melhor tradução, peço a você, leitor, o mais sincero perdão.

Diante disso, perante o Pai, por meio de Cristo, no poder do Espírito, oro para que possamos viver responsavelmente a unidade do corpo de Cristo, de modo digno daquele que nos chamou das trevas para luz; estando sempre preparados para responder a todo aquele que nos pedir razão da esperança que há em nós, especialmente no que diz respeito a Justificação pela Fé e os Pactos de Deus. Fortalecidos com todo o vigor, segundo o poder do Deus Trino, também vivo esperançoso da nossa contínua reforma pessoal, sempre com vistas à Glória de Deus, à verdade que santifica e edifica a igreja do nosso Senhor.

Levando cativa toda razão à fé, desejo ardentemente

que os santos sejam edificados no poder do Santo Espírito. Espero que os irmãos considerem com temor e muita diligência as palavras deste servo de Deus que tanto labutou pelo Reino do Senhor Cristo – como dizia John Owen – em uma época de apostasia e descrença na Revelação Bíblica. Não deixem julgar todas as coisas à luz da Sagrada Escritura.

Em Cristo
Renan Abreu
Sete Lagoas, Minas Gerais
À amada Igreja Batista Emanuel
Agosto de 2017, Ano de Nosso Senhor

INTRODUÇÃO

As alianças não ocupam um lugar subordinado nas páginas da revelação divina, mesmo diante de uma leitura superficial da Escritura. A palavra *aliança* é encontrada ao menos vinte e cinco vezes no primeiro livro da Bíblia e ocorre muitas outras vezes no pentateuco, nos Salmos e nos Profetas. Tão pouco é uma palavra incomum no Novo Testamento. Ao instituir o grande memorial de Sua morte, o Salvador disse: "Este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós" (Lucas 22.20). Ao enumerar as bênçãos especiais que Deus havia dado a Israel, Paulo disse que elas eram "as alianças " (Romanos 9.4). Aos Gálatas, Paulo expos duas alianças (4.24-31). Aos santos de Éfeso, lembrou-lhes de quando andaram em seus dias como não-regenerados, "estranhos às alianças da promessa". Toda a epístolas aos Hebreus é uma exposição acerca da melhor aliança da qual Cristo é o mediador (8.6).

A salvação através de Jesus Cristo é de acordo com o conselho pré-determinado e o pré-conhecimento de Deus (Atos 2.23), e foi sua vontade dar a conhecer seu eterno e gracioso propósito aos pais em forma de alianças entregues de modos distintos e revelados em tempos distintos. Estes pactos entraram na mesma natureza, e mantiveram-se com suas qualidades peculiares, todo o sistema da verdade divina. Mantendo estreita conexão em si, com um mesmo propósito, sendo, na realidade, várias etapas sucessivas no desenrolar do esquema da graça divina. Elas tratam do lado divino das coisas, revelam a fonte de onde provem todas as bênçãos e dão a conhecer o canal por qual fluem aos homens, a saber, Cristo. Cada uma revela algum novo e fundamental aspecto da verdade e, ao considera-las na ordem que surgem na Escritura, podemos ver com claridade o progresso que cada uma faz, respectivamente, sobre a revelação divina. Elas expõem o grande designo de Deus, consumado pelo Redentor de seu povo.

Corretamente se tem pontuado que “dado que Deus é um ser inteligente, isto resulta de modo obvio que

deve existir um plano. Se Ele é uma inteligência absolutamente perfeita, desejando e desenhando nada mais que o bem; se é uma inteligência eterna e imutável, logo, seu plano deve ser único, eterno, todo-compreensivo, imutável. Isto é, todas as coisas desde seu ponto de vista devem formar um sistema único que mantenha relação perfeitamente lógica entre todas suas partes. Não obstante, como qualquer outro sistema compreensivo, ele deve estar composto de um finito número de sistemas subordinados. A este respeito, é como os céus que Ele fez e que colocou ante nossos olhos como um tipo e padrão do seu modo de pensamento e planejamento em toda providência.

Sabemos que no sistema solar nosso planeta terra é um satélite de um dos grandes sois, e deste sistema particular é como uma entre miríades, com suas respectivas variações que foi lançado no grande abismo do espaço. Sabemos que este grande, todo-compreensivo plano de Deus, considerado como um sistema, deve conter um grande número de sistemas subordinados que podem ser estudados se estivermos na posição adequada para fazê-lo, vendo

cada um como um todo de forma independente, separada dos outros (Aulas por A.A. Hodge). Aquele "sistema único" ou o eterno "plano" de Deus foi estabelecido na aliança eterna e os "sistemas subordinados" são as distintas alianças que Deus fez com diferentes pessoas em diferentes tempos.

A aliança eterna, que foi prefigurada através das alianças temporais, constitui a base dos acordos de Deus para com seu povo. Na Escritura se encontram muitas provas disto. Por exemplo, quando Deus ouviu os gemidos dos hebreus no Egito, nos é dito que Ele se lembrou da aliança com Abraão, com Isaque e Jacó (Ex 2.24; cf. 6.2-8). Quando Isael foi oprimido pelos sírios, nos dias de Jeoacaz, lemos: " e o Senhor foi gracioso para com eles, compadeceu-se e se lembrou do seu pacto com Abraão, Isaque e Jacó" (2Reis 13.23; Salmos 106.43-46). Em um período posterior, quando Deus decidiu usar de misericórdia para com Israel depois de ter lhes afligido por seus pecados disse: "tenho me lembrado da minha aliança que fiz contido nos dias de tua juventude" (Ezequiel 16.60). Como o salmista declara: "Deu mantimento aos que o temem;

lembrar-se-á sempre do seu concerto. ” (Salmos 11.5).

A mesma verdade gloriosa é que a aliança é o fundamento no Novo Testamento de onde procedem todas as obras graciosas de Deus. Esta é considerada a razão pela qual Cristo foi enviado ao mundo: “e para manifestar misericórdia a nossos pais, e para lembrar-se da sua santa aliança” (Lucas 1.72). Notável é, também, aquela palavra em Hebreus 13.20: “Ora, o Deus da paz, que tornou a trazer dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor, o grande Pastor das ovelhas, pelo sangue da eterna aliança, ”. Outra ilustração deste mesmo princípio é encontrado em Hebreus 10.15-16: “E disto nos dá testemunho também o Espírito Santo; porquanto, após ter dito: Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei no seu coração as minhas leis e sobre a sua mente as inscreverei, ”. Portanto, assim demonstra-se que todas as bênçãos e acordo de Deus para com seu povo estão baseados em sua aliança. Tudo que na Escritura é dito ser nosso por meio de Cristo, significa que é em virtude da aliança que Deus fez

com Cristo como cabeça de seu corpo místico.

De igual modo, quando se diz que Deus se comprometeu mediante juramento com os herdeiros da promessa - “Deus, quando quis mostrar mais firmemente aos herdeiros da promessa a imutabilidade do seu propósito, se interpôs com juramento,” (Hebreus 6.17) – Ele o fez em função de seu compromisso pactual. De fato, ambos estão inter-relacionados, por quanto, na Escritura, “aliança” muitas fezes é mencionada como “juramento” ou “juramentar”. “para que entres na aliança do SENHOR, teu Deus, e no juramento que, hoje, o SENHOR, teu Deus, faz contigo; .... Não é somente convosco que faço esta aliança e este juramento,” (Deuteronômio 29.12,14). “Lembra-se perpetuamente da sua aliança, da palavra que empenhou para mil gerações; da aliança que fez com Abraão e do juramento que fez a Isaque;” (1Crônicas 16.15-16). “Entraram em aliança de buscarem ao SENHOR, Deus de seus pais, de todo o coração e de toda a alma;...Juraram ao SENHOR, em alta voz... Todo o Judá se alegrou por motivo deste juramento” (2 Crônicas 15.12,14-15).

Já é suficiente o que foi dito para nos imprimir a relevância deste tema e da importância que é mantermos um correto entendimento das alianças divinas. Entendê-las será indispensável para apresentar corretamente o evangelho, porque todo aquele que ignora a diferença fundamental que existe entre o pacto de obras e o pacto de graça, estará inapto para o evangelismo. No mais, quem de nós entende com clareza as distintas alianças? Apresente-as ao pregador medíocre e você perceberá que estará falando a ele em uma língua desconhecida. São poucos hoje discernem o que são as alianças, que relações possuem entre si e suas implicações sobre os propósitos Redentor de Deus. Uma vez que as alianças pertencem aos "rudimentos da doutrina de Cristo", ignorá-las deverá causar obscuridade sobre todo o sistema evangélico.

Durante os prósperos dias dos Puritanos, consideráveis atenções foram dadas ao assunto das alianças, como seus escritos evidenciam, particularmente as obras de Usher, Witsius, Blake e Boston. Exceto por uns poucos calvinistas, seus volumosos escritos caíram em negligência geral, até

surgir uma geração sem luz. Assim, foi mais fácil para certos homens impor suas extravagâncias e vulgaridades e fizeram seus pobres ouvintes crer que haviam realizado uma grandiosa descoberta em como dividir corretamente a palavra da verdade[12]. Tais homens manipularam a Escritura até que ela tratasse os pactos de modo arbitrariamente divididos em "sete dispensações", e dividiram a Bíblia em função de cada uma delas. Quão terrivelmente superficiais e defeituosas são suas descobertas populares (muito populares para ser de algum valor – Lucas 16.15)! A Bíblia Scofield, onde se mencionam não menos que oito alianças, absolutamente nada se diz sobre a eterna aliança!

Se algum pensa que temos exagerado a ignorância que hoje prevalece sobre este tema, sugiro que faça esta pergunta a seus amigos cristãos mais instruídos e veja quantos são os que podem dar uma resposta satisfatória sobre o assunto: O que quis dizer Davi quando disse: "Não está assim com Deus a minha casa? Pois estabeleceu comigo uma aliança eterna, em tudo bem definida e segura. Não me fará ele prosperar toda a minha salvação e toda a minha

esperança?" (2 Samuel 23.5)? O que significa: "A intimidade do SENHOR é para os que o temem, aos quais ele dará a conhecer a sua aliança." (Salmo 25.14)? O que quis dizer o Senhor quando disse sobre os que "abraçam a minha aliança," (Isaías 56.6)? O que Deus intencionava quando disse al Mediador: "Quanto a ti, Sião, por causa do sangue da tua aliança, tirei os teus cativos da cova em que não havia água." (Zacarias 9.11)? A que se referia o Apóstolo quando falava de "uma aliança já anteriormente confirmada por Deus (para Cristo)" (Gálatas 3.17)?

Antes de aventurar-me a responder estas perguntas, vamos pontuar a natureza próprio de uma aliança. Em que ela consiste?

> *"É um acordo entre pessoas distintas, sobre a ordem e dispensação de coisas sob seus poderes, com interesses e proveitos em comuns" (John Owen)*

Blackstone, o grande comentarista em matéria de lei Inglesa, ao falar das partes de um trato, diz:

> *"Por detrás das ordens judiciais,*

> *usualmente se seguem as alianças ou pactos, os quais são clausulas de acordo contendo um trato, através das quais, cada parte pode estipular os termos ou condições em virtude de certos atos, ou, comprometer-se a realizar ou entregar algo a favor de outra parte." (Vol2, p20)*

Desse modo, ele inclui três coisas: as partes, os termos e o acordo vinculado. Em uma linguagem mais simples, poder dizer que um pacto é comprometer-se em um acordo mútuo, onde se promete determinado benefício caso cumpridas certas condições.

Lemos sobre Davi e Jônatas fizeram uma aliança (1 Samuel 18.3), que, em vista de 1 Samuel 20.11-17,42, evidentemente significou que entraram em um acordo solene (ratificado mediante juramente: 1 Samuel 20.17), o qual, em vista da amabilidade de Jônatas a avisar Davi sobre os planos de seu pai e possibilitar sua fuga, lhe prometeu que, quando acendesse ao trono mostraria misericórdia a sua descendência (cf 2Samuel 9.1). Outra vez, em 1 Crônicas 11.3, nos é dito que todos os anciãos de

Israel (que ante se opuseram a Davi), vieram a Davi e, então, ele fez uma aliança com eles. A luz de 2 Samuel 5.1-3, evidentemente significava que, como era quem guiava o exército contra o inimigo em comum, estariam então, dispostos a submeter-se a ele como seu rei. Uma vez mais, em 2 Crônicas 23.16, lemos o sacerdote Joiada fazendo uma aliança com o povo e como rei que seriam povo de Deus, algo que, a luz do que imediatamente se segue, obviamente denota que ele concordou garanti-los certos privilégios religiosos em troca do comprometimento deles em destruir o sistema de adoração a Baal. Uma atenta consideração destes exemplos humanos nos permitirá entender um pouco melhor as alianças de Deus.

Agora, como pontuamos nos parágrafos anteriores, todos os acordos de Deus como homem possuem seu fundamento na relação pactual que existe com eles – Ele promete certas bênçãos com base em determinadas condições. Sendo como o G.S. Bishop pontua:

“Está claro que podem haver dois, e apenas dois, tipos de pactos entre Deus e o homem: um baseado

no que este deve realizar para sua própria salvação e o outro, baseado naquilo que Deus fara para salvá-los. Em outras palavras, um pacto de Obras e um pacto de Graça. (Grace in Galatian, p.72)"

Tal como todas as promessas do Antigo Testamente se resumem em duas promessas principais (a vinda de Cristo e o derramamento do Espírito), de igual modo, todas as alianças podem ser reduzidas especificamente a dois: Pacto de Obras e Pacto de Graça. Os outros pactos subordinados, são apenas confirmação ou sombras deles, ou como os modos que aqueles foram administrados.

Trataremos nos capítulos que se seguem, em primeiro lugar o pacto eterno, o pacto de graça que Deus fez com seus escolhidos através da Pessoa do Mediador e Cabeça deles. Ali estará como este pacto eterno deve ser o fundamento seguro a partir do qual fluem todas as demais bênçãos. Em seguida, consideraremos o pacto de obras que o Criador realizou com toda raça humana na pessoa de seu cabeça federal, e como o pacto veio a ser quebrado antes que pudesse ser derramado as bênçãos acordadas na aliança da graça. Então, deveremos

olhar brevemente para a aliança que Deus realizou com Noé. Depois, de modo mais profundo, na aliança com Abraão, através do qual foi prefigurado o pacto eterno. Mais adiante, consideraremos o Pacto Sinaítico, que é uma aliança mais difícil. Ali se verá uma confirmação do pacto de obras e sua relação particular com o aspecto político da nação israelita. Algumas considerações serão observadas sobre o pacto Davídico, onde sentimos necessidade de mais luz. Finalmente, devo pontuar como o pacto eterno tem sido administrado no antigo e nova aliança, ou em ambas economias. Que o Espírito Santa em sua graça nos guarde do erro e nos faça aptos para escrever aquilo que há de ser para glória do nosso Deus dos pactos e para a benção do povo do pacto.

O Pacto Eterno

PARTE I

A Palavra de Deus começa com um breve relato de toda a criação; a criação do homem e sua queda. Mais tarde, na Escritura, não teremos dificuldades em entender que o teste proposto ao homem no Éden havia sido previamente ordenado por Deus: "O cordeiro ... foi morto [no propósito de Deus] desde a fundação do mundo (Apocalipse 13.8) ", isto deixa claro que, antes da Queda, Deus já havia provido a redenção de seu povo que se apostatou em Adão, e o meio pelo qual levaria a cabo a redenção que seria consistente com sua santidade e justiça. Todos os detalhes e resultados desse plano de misericórdia foram acordados e estipulados desde o princípio pela sabedoria divina.

Aquela provisão da graça que Deus fez para seu povo desde a fundação do mundo compreendia a eleição de seu Filho como Mediador e a obra que devia realizar como tal. Este, por sua vez, tomaria a natureza humana, se ofereceria a si mesmo em expiação pelo pecado e seria exaltado desta condição até a destra de Deus nos céus. Teria a supremacia em sua igreja e, sobretudo, em favor dela, deveria

dispensar as bênçãos fazendo efetiva sua obra redentora para a salvação das almas. Tudo foi parte de um assunto acordado e definido entre o Pai e o Filho nos termos do pacto eterno.

O primeiro anúncio do pacto eterno é encontrado em Genesis 3.15: “Porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua descendência e a sua descendência; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar.”. Então, imediatamente após a Queda, Deus anunciou à serpente sua condenação irrevogável através da obra do Mediador, e revelou aos pecadores o meio pelo qual a salvação fluiria de modo exclusivo para eles. As contínuas adições que Deus, subsequentemente, fez para a revelação dada em Gênesis 3.15 foi, por um considerável tempo, através das alianças feitas com os pais. Pactos que eram tanto fruto de seu eterno propósito de misericórdia, quanto da revelação gradual do pacto eterno aos fiéis. Somente a medida que estes dois fatos são compreendidos e mantidos às vistas de nossos olhos, podemos apreciar e perceber a força dessas alianças subordinadas.

Deus fez alianças com Noé, Abraão e Davi. Porém,

estavam eles, como criaturas caídas, habilitados para entrar em uma aliança com seu Augustus e Santo Criador? Estavam habilitados a permanecer por si mesmos ou ser fiadores de outros? Essas questões respondem a si mesmas. O que poderia oferecer e fazer Noé para assegurar que a terra são fosse outra vez destruída por água? Estas alianças subordinadas eram o modo em que o Senhor manifestava de modo público e especial a grande aliança: fazendo conhecido algumas coisas de seu glorioso conteúdo, confirmando seu próprio interesse pessoal nela e assegurando que Cristo, Cabeça sublime da aliança eterna, deveria ser deles e viria de sua semente.

Isto é o que se refere esta expressão particular que frequentemente ocorre na Escritura: “Eis que eu estabeleço o meu pacto convosco e com a vossa descendência depois de vós, ” (Gênesis 9.9). Não existe menção de que seja necessário cumprir condições ou realizar obras, apenas uma promessa de bênçãos incondicionais. E por quê? Porque as “condições” e as “obras” seriam cumpridas e realizadas por Cristo, e, não restaria mais nada a não ser derramar as bênçãos sobre seu povo. Assim,

quando Davi disse: “Porque estabeleceu comigo um pacto eterno” (2 Samuel 23.5) simplesmente quis dizer que Deus havia admitido ele na aliança eterna para fazê-lo participante de seus privilégios. É por isso que, quando o apóstolo Paulo menciona as várias alianças que Deus fez com homens no Antigo Testamento, ele não as chama de “alianças de estipulações”, mas, de “alianças da promessa” (Efésios 2.12).

Anteriormente, havíamos pontuado que as contínuas adições que Deus realizou sobre sua revelação original da graça em Gênesis 3.15 foram dadas principalmente, ao longo do tempo, através de alianças que fez com os pais. Isso foi um processo de desenvolvimento gradual que resultou, no final, na plenitude do evangelho da graça.; a substância dessas alianças indicava-nos os formidáveis estágios deste processo. Elas são os grandes pontos de referência dos acordos de Deus com o homem. Por elas as revelações da mente divina se expandiram até chegar a ser verdade bem estabelecida e confirmada. Como revelações, exibiram em graus cada vez maiores a claridade e plenitude do plano de salvação

através do ofício de mediador e do sacrifício do Filho de Deus. Cada aliança consistia de promessas graciosas ratificadas pelo sacrifício (Gênesis 8.20; 9.9; 15.9-11, 18). Então, estas alianças foram muitas intimações daquele método da graça que teve lugar no conselho eterno da mente divina.

Estas revelações divinas e manifestações da graça decretadas na aliança eterna foram entregue em épocas importantes da história antiga do mundo. Assim como em Gênesis 3.15 foi entregue imediatamente após a Queda, encontramos que imediatamente após o dilúvio, Deus renovou de modo solene a aliança da graça com Noé. Do mesmo modo, ao começar o terceiro período da história humana com o chamado de Abraão, Deus renovou outra vez a aliança, desta vez, com uma revelação mais completa da mesma. Agora se deu a conhecer que o libertador do povo de Deus viria da linhagem de Abraão e que todas as famílias da terra seriam abençoadas nele – uma clara intimação do chamado dos gentios e da eleição dentre todas as nações para se tornarem família de Deus. Em Gênesis 15.5-6 o grande conhecimento do requisito

da aliança se tornou mais claramente conhecido, a saber, fé.

Deus entregou para Abraão uma confirmação notável do cumprimento das promessas da aliança ao lhe conceder uma grande vitória sobre as forças de Quedorlaomer. Isto foi mais que um indício da vitória de Cristo e sua semente sobre este mundo: compare cuidadosamente Isaias 41.2,3,10,15. Genesis 14.19-20 sustenta esta afirmação que temos dito, porque, quando regressaram de sua memorável vitória, Abraão se encontrou com Melquisedeque (tipo de Cristo) e foi abençoado por ele. Uma revelação mais ampla do conteúdo da aliança da graça se deu à Abraão em Gênesis 15 quando, na visão da tocha acesa que andava entre o sacrifício, foram prefigurados os sofrimentos de Cristo. No nascimento milagroso de Isaque indicava o nascimento sobrenatural de Cristo, a Semente prometida. No livramento de Isaque sobre o altar, era realizada a representação da ressurreição de Cristo (Hebreus 11.19).

Então, podemos ver como a aliança eterna da graça foi revelada e confirmada para Abraão o pai de

todos aqueles que creem, pela qual ele seus descendentes obtém uma clara visão e entendimento do grande Redentor e das coisas que, por Ele, seriam realizadas. “Abraão, vosso pai, alegrou-se por ver o meu dia, viu-o e regozijou-se.” (João 8.56). Estas palavras claramente mostram que Abraão possuía um entendimento espiritual concreto da aliança da graça. Sob a aliança Sinaítica, Deus concedeu a seu povo uma maior revelação dos conteúdos da aliança eterna: o tabernáculo e todos os utensílios; o sumo sacerdote, suas vestimentas e seus serviços; e todo o sistema de sacrifícios e oblações colocariam em frente eles as benditas realidades em formas típicas, sendo sombras das coisas celestiais.

Assim, antes de procurar estabelecer a aliança eterna de modo específico, primeiro temos de nos esforçar para esclarecer a relação entre as grandes alianças que Deus estabeleceu com homens distintos durante o tempo do Antigo Testamento. Nosso desejo deve ser necessariamente breve, porque abordaremos cada uma destas alianças de modo separado e em maiores detalhes nos capítulos posteriores. No mais,

cremos que, para demonstrar isso, enquanto os termos das alianças que Deus fez com Noé, Abraão, Israel no Sinai, e com Davi devem ser entendidos, primeiro, no seu sentido natural, ainda sim, deveria ser claro ao olho perspicaz que também possuem um significado mais elevado – um conteúdo espiritual. As coisas terrenas foram empregadas para representar as celestiais. Em outras palavras, aquelas alianças subordinadas precisam ser contempladas tanto na letra como no espírito.

Antes de aprofundar o aspecto do nosso tema, deve ser pontuado que, como não existe um único versículo na Bíblia que expressamente afirme as três pessoas divinas na Deidade, coeterna, coiguais, co-gloriosas, ainda sim, pela comparação cuidadosa da Escritura com Escritura aprendemos que isto é a verdade. De igual modo, não existe se quer um versículo na Bíblia que afirme de modo categórico que o Pai entrou em um pacto formal como filho: que nele executará certas obras, e que, por conseguinte, receberá uma recompensa. Porém, um estudo meticuloso de várias passagens nos obriga alcançar esta conclusão. A Sagrada Escritura não

grita seus tesouros a ouvidos indolentes e, no entanto, o pregador permite que o Dr. Scofield ou Sr Pink façam seus estudos por ele, não deve esperar avançar demasiadamente nos assuntos divinos. Considere Provérbios 2.1-5

Não existe um ponto específico sobre a terra de onde crescem as variedades de flores e árvores que existem, nem tão pouco um lugar onde podem seguramente achar todos os tipos de borboletas. Porém, com esforço, dedicação e perseverança, os horticultores e historiadores naturalistas podem gradualmente reunir espécies de todo tipo para que se possa obter uma coleção completa. Desse modo, não existe um capítulo específico da Bíblia em que se possa encontrar toda a verdade a respeito desse tema. É tarefa do teólogo atentar-se com diligência para cada indício e maiores definições espalhadas por toda Escritura a respeito de qualquer tema a ser estudado, e, assim, classifica-los e organizá-los cuidadosamente. Aqueles teólogos genuínos e independentes (estes que não se enveredaram para sistemas humanos) praticamente desapareceram da face da terra.

A linguagem do Novo Testamento é muito explícita ao nos ensinar a verdadeira luz em que o plano eterno de misericórdia deve ser considerado, como também, ensina aos santos que toda benção e privilégio que podemos receber é proveniente da aliança eterna. Ele fala "segundo o eterno propósito que estabeleceu em Cristo Jesus, nosso Senhor," (Efésios 3.11). Nossa unidade pactual com Cristo é claramente revelada em Efésios 1.3-5:, uma magnífica declaração que alcança seu clímax quando diz: "para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado," (Efésios 1.6). "nos concedeu gratuitamente no Amado" é muito mais profundo e significa muito mais que "aceitos através dele". Isso denota não meramente um passaporte pelo qual Cristo nos recomenda, mas uma real união com Ele, pela qual, somos incorporados a Seu corpo místico e feitos como verdadeiros participantes de sua justiça como os membros do corpo participam da mesma vida que anima a cabeça.

Desse modo, existem muitas declarações no Novo Testamento concernente a Cristo que só podem ser

compreendidas se se consideradas à luz da aliança realizada com o Pai, cumprindo-a e completando-a em virtude Dele. Por exemplo, em Lucas 22.22 nós encontramos Ele dizendo: “porque o Filho do Homem, na verdade, vai segundo o que está determinado”. Onde, se não na aliança eterna?! Mais claro é a linguagem em João 6.38-39, donde se diz: “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou. E a vontade de quem me enviou é esta: que nenhum eu perca de todos os que me deu; pelo contrário, eu o ressuscitarei no último dia.” . Três coisas devemos considerar: (1) Cristo havia recebido uma missão e tarefa específica do Pai; (2) Ele se comprometeu de modo solene a executar sua tarefa (3) A finalidade contemplada neste acordo não era meramente o anúncio de bênçãos espirituais, mas o real derramamento delas sobre todos aqueles os quais o Pai lhe deu.

Novamente, em João 10.16 está evidente que foi confiado a Cristo certa estipulação. Falando de seus escolhidos espalhados entre os gentios, não disse: “esses também desejo trazer”, mas, “eles também, a

mim, vir". Em sua oração sacerdotal ouvimos dizer: "Pai, a minha vontade é que onde eu estou, estejam também comigo os que me deste," (João 17.24). Ali, Cristo estava clamando algo que lhe era devido em virtude da obra realizada por Ele(v4). Isto claramente pressupõe tanto um acordo quanto uma promessa da parte do Pai. Este pedido de Cristo implicava, necessariamente, de uma promessa pré-estabelecida ligada ao cumprimento de certa condição por parte daquele a quem foi realizada a promessa que, por sua vez, ao cumpri-la, se habilitava a exigir a recompensa. Esta é uma das razões pelas quais Cristo, imediatamente, em seguida, afirma Deus como o "Justo Pai", apelando para sua fidelidade no acordo.

PARTE II

A aliança eterna ou pacto de graça, é o acordo mútuo entre o Pai e o Filho desde antes da fundação do mundo com respeito a salvação dos seus eleitos. Cristo foi apontado o mediador, aceitou voluntariamente em ser o Cabeça e representante dos seus eleitos. A existência de uma aliança divina ligada a Cristo e esta grande obra que Ele realizou aqui na terra que foi a execução do seu ofício pactual, deixa claro, a partir de muitas passagens na Escritura, sobretudo, por aquelas que mencionam os títulos de Cristo em relação à aliança. Em saías 42.6, ouvimos o Pai dizer acerca do Filho: ” Eu, o SENHOR, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão, e te guardarei, e te farei mediador da aliança com o povo e luz para os gentios; ”. Deste modo, Cristo, como uma das partes do trato, é entregue a seu povo como garantia de todas as bênçãos (cf. Romanos 8.32). Ele é o representante do seu povo na aliança. Ele é, em sua pessoa e obra, a soma e substância dessa aliança. Cristo cumpriu todos os termos e agora dispensa suas recompensas.

Em Malaquias 3.1 Cristo é chamado de “O

mensageiro da Aliança" porque veio fazer conhecido e proclamar boas novas. Veio do Pai para revelar sua maravilhosa graça a pecadores perdidos. Em Hebreus 7.22, Cisto é denominado de "o fiador de uma melhor aliança". Um fiador é alguém que é legalmente constituído o representante de outros, e que se compromete a cumprir certas obrigações de outros em seu nome e para receberem seus benefícios. Não existe uma única obrigação legal que os escolhidos devam a Deus, porque Cristo cumpriu todos com perfeição. Ele pagou todos os débitos de seu povo devedor, todas as suas obrigações. Em Hebreus 9.16, Cristo é chamado de "o testador" da aliança ou do testamento porque suas são as riquezas e os privilégios; e, porque ele, em sua infinita graça, os entregou ao seu povo como inestimável legado.

Uma vez mais, em Hebreus 9.15 e 12.24, Cristo é chamado de "o mediador da nova aliança", visto que é por sua eficaz obra de satisfação e por sua incessante interseção que todas as bênçãos são transmitidas aos beneficiários. Cristo, agora, permanece entre Deus e seu povo advogando por

sua causa (1João 2.1) e boa palavra aos cansados (Isaías 50.4). Mas, como Cristo poderia sustentar ofícios como estes a não ser que uma aliança não tivesse sido feita antes (Gálatas 3.17) e a execução da aliança tivesse sido consumada por Ele (Hebreus 10.5-7)? "Ora, o Deus da paz, que tornou a trazer dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor, o grande Pastor das ovelhas, pelo sangue da eterna aliança," (Hebreus 13.20): apenas essa frase é suficiente para estabelecer o fato que existe uma conexão entre o pacto de graça e o sacrifício de Cristo. Em resposta ao cumprimento de Cristo a todas as condições, o Pai diz: "Quanto a ti, Sião, por causa do sangue da tua aliança, tirei os teus cativos (aqueles que foram dados desde antes da fundação do mundo, mas, que em Adão caíram na condenação) da cova em que não havia água." (Zacarias 9.11).

A relação pactual que o Mediador guarda com Deus dá sentido e realmente explica porque que Cristo, tão frequentemente, se dirige a Deus como "meu Deus". Cada vez que nosso bendito Redentor pronunciava as palavras "meu Deus", dava expressão à sua relação pactual com a Deidade.

Assim deve ser; porque, considerando Ele como a Segunda Pessoa da Trindade, ele era Deus, igualmente com o Pai e o Espírito Santo. Estamos bem conscientes que adentramos, neste ponto, à águas profundas; contudo, se nos detemos as palavras da Escritura, seremos guiados nela com segurança mesmo quando nossas mentes finitas nunca forem hábeis para ouvir suas profundidades infinitas; "desde o ventre de minha mãe, tu és meu Deus." (Salmos 22.10), disse o Salvador. Na cruz ele disse: "Meu Deus". Na ressurreição, pela manhã, ele disse "Meu Deus" (João 20.17). E, em um único verso (Apocalipse 3.12), encontramos o Redentor glorificado dizendo "Meu Deus" não menos do que quatro vezes.

O que tem sido pontuado nos parágrafos acima, recebem confirmação por muitas outras passagens na Escritura. Ao renovar seu pacto com Abraão, Jeová disse: "Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti e a tua descendência no decurso das suas gerações, aliança perpétua, para ser o teu Deus e da tua descendência."(Gênesis 17.7). Essa é a grande promessa da aliança: ser Des daqueles que supriria

todas as suas necessidades (Filipenses 4.19) – espiritual, temporal e eterna. É verdade que Deus é Deus de todos os homens enquanto seu Criador, Governador e Juiz. Entretanto, é o Deus de seu povo em um sentido muito mais glorioso. "Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: na sua mente imprimirei as minhas leis, também sobre o seu coração as inscreverei; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo." (Hebreus 8.10). Aqui, novamente, mostro que é, de modo especial, com relação a aliança, que Deus é Deus de seu povo.

Antes de deixar Hebreus 8.10, vejamos como os versículos seguintes expressão o bendito conteúdo da aliança: "E não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece ao Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até ao maior. Pois, para com as suas iniquidades, usarei de misericórdia e dos seus pecados jamais me lembrarei." (v11,12). Quais condições se encontram aqui? Quais termos são requeridos do impotente homem? Absolutamente nenhum. É tudo uma promessa, do início ao fim.

Assim, encontramos Pedro dizendo em Atos 3.25: “Vós sois os filhos dos profetas e da aliança que Deus estabeleceu com vossos pais, dizendo a Abraão: Na tua descendência, serão abençoadas todas as nações da terra.”. Aqui, a aliança (não alianças), é referida genericamente, em seguida, é especificada de modo particular: “Na tua descendência, serão abençoadas todas as nações da terra”. É mostrado alguma condição? Não! É requerido alguma obra? Não! Mas, “serão abençoadas”; sem qualquer exigência ou obra deles – sendo participantes pela virtude das obras realizadas em favor deles pelo Cabeça Pactual.

Consideremos agora várias características da aliança eterna:

1) O Pai pactuou com o Filho que Cristo deveria ser o cabeça federal do seu povo, livrando-os da terrível condenação em que caíram em Adão, segundo Deus previu desde a eternidade. Apenas isso já explica porque Cristo é denominado o “último Adão” o “segundo homem” (1Coríntios 15.45,47). Note com cuidado que em Efésios 5.23 nos é dito “Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do

corpo.”. Não poderia ter sido o Salvador sem primeiro ser a cabeça, isto é, a menos que Ele voluntariamente entrasse em seu ofício de fiador conforme o acordo divino, servindo como representante do seu povo, tomando sobre Ele todas as responsabilidades e acordando cumprir todas obrigações legais; que, primeiro tomasse o lugar de seu povo pagando todos os débitos, dando uma justiça perfeita e recebendo legalmente os méritos ou bênçãos de todo o cumprimento da lei.

Este é aquele acordo eterno que o apóstolo fez referência quando falava de “uma aliança já anteriormente confirmada por Deus em [ou pata com] Cristo” em Gálatas 3.17. Aqui observamos as partes da aliança: por um lado Deus, na Trindade de suas pessoas; por outro, Cristo, isto é, o Filho visto como o Mediador entre Deus e os homens. Aprendemos que é um acordo realizado entre ambos: uma aliança, ou pacto, solenemente acordado e ratificado. Também aprendemos no contexto imediato em que Cristo é visto não apenas como o executor de um testamento que se achegou aos santos por Deus, ou como o meio pelo qual vem

a salvação, mas, nos confirma por duas vezes (v.16) que a promessa foi feita para a semente de Abraão, “que é Cristo”! Desse modo, temos a prova mais clara na Escritura que a aliança eterna contém algo prometido por Deus a Cristo.

De modo abençoador, muitas características da aliança eterna foram tipificadas no Éden. Vamos considera-las:

1. Cristo foi estabelecido (Provérbios 8.23) no conselho eterno do Jeová Trino como cabeça e herdeiro de todas as coisas: sua posição como cabeça é tipificada nas palavras do Criador a Adão: “dominai sobre os peixes do mar” entre outros (Gênesis 1.28). Aqui vemos Cristo como o Senhor de toda criação e cabeça de toda a humanidade. Aqui vemos Cristo como Senhor de toda criação e cabeça de toda humanidade.
2. Adão estava sozinho: entre todas as criaturas ele era o único que não encontrou uma ajudadora. Estava solitário no mundo sobre o qual era rei. Do mesmo modo

Cristo estava sozinho quando Deus o estabeleceu na eternidade passada.

3. Uma ajudadora foi provida para Adão, uma que era de sua mesma natureza, pura e santa como ele, idônea em tudo. Eva se tornou sua esposa e companheira (Gênesis 2.21-24). Isso prefigurou de modo maravilhoso o eterno casamento entre Cristo e sua Igreja (Efésios 5.29-32). Note com cuidado que Eva estava casada com Adão e, antes de cair, era pura e santa, assim também foi com a igreja (Efésios 1.2-6). (Estamos em débito para com o sermão de J.K. Popham, neste parágrafo).

2) Na ordem de executar o compromisso assumido na aliança, era necessário que Cristo tomasse a natureza humana e fosse em tudo como seus irmãos com objetivo de tomar seu lugar, estar sob a lei e servir no lugar deles. Deveria ter uma alma e corpo em fosse capaz de sofrer e pagar o justo salário dos pecados do seu povo. Isto explica a maravilhosa passagem de Hebreus 10.5-9, uma linguagem que nitidamente expressa termos de uma aliança:

mostrando o compromisso assumido pelo Filho de forma voluntária e mostrando sua boa predisposição em cumprir a vontade do Pai. Em sua encarnação, Cristo cumpriu aquele precioso tipo encontrado em Êxodo 21.5. Por amor ao seu Senhor, o Pai, e a sua esposa, a igreja e seus filhos espirituais, Cristo se sujeitou a uma posição de servidão perpetua.

3) Havendo voluntariamente cumprido os termos da aliança eterna, se estabeleceu uma relação econômica especial entre o Pai e o Filho – o Pai como procurador da aliança e o Filho como o mediador Deus-homem, cabeça e fiador de seu povo. Agora, foi como o Pai se converteu em "Senhor" de Cristo (Salmos 16.2, como é evidente a partir do v..9,11; Miqueias 5.4) e o Filho em "servo" do Pai (Isaías 42.1; cf. Filipenses 2.7) ao executar a obra acordada. Observe que a clausura "tomando forma de servo" precede a "feito semelhante a homens". Isto explica sua declaração: "Meu Pai é maior do que Eu" (João 14.28) onde o Salvador se referia a relação de aliança mantida com o Pai.

4) Cristo morreu em cumprimento das exigências da aliança. Era realmente impossível que uma pessoa –

considerada absolutamente – inocente sofresse a sentença e a maldição da lei, porque a lei não exigia castigo algum sobre a pessoa. A culpa e o castigo estão relacionados e, onde não há culpa, tão pouco há o castigo. Somente porque o Unigênito de Deus foi sem culpa de forma relativa – porque os pecados dos eleitos lhe foram imputados – que foi justamente ferido no lugar do seu povo. E ainda, isso não seria possível se o imaculado substituto não tivesse, primeiro, assumido o ofício de fiador. E nisto, por sua vez, foi legalmente válido o castigo porque antes de tudo, era o cabeça federal dos eleitos. O sacrifício de Cristo deve toda sua validade da aliança: a santa e bendita Trindade, pelo conselho e juramento, tendo apontado isso como a verdadeira e única propiciação pelos pecados.

Por outro lado, é impossível para nós termos uma clara e adequada ideia pela qual o Senhor da glória morreu, se antes não entendermos o acordo dentro do qual sua morte teve lugar. Hoje, comumente se ensina a respeito da expiação de Cristo que ela simplesmente providenciou uma oportunidade para que o homem possa salvar-se; que ela abriu o

caminho para que Deus pudesse perdoar retamente a todo aquele que se valer de sua graciosa provisão. Mas, isso é uma parte da verdade e, claro, não a mais gloriosa e importante. O grande fato é que a morte de Cristo foi a consumação do acordo realizado com o Pai, o qual garantia a salvação de todos aqueles que foram chamados nele – "que nenhum eu perca de todos os que me deu" (João 6.39).

5) Que a base da predisposição de Cristo para realizar a obra estipulada na aliança, foram aquelas promessas da parte do Pai: primeiro, promessas com respeito a si mesmo, e em segundo lugar, promessas com respeito ao seu povo. As promessas respeito de se mesmo podem se resumidas assim:

1. Lhe foi prometido se revestido de poder divino para cumprir todos os requisitos da aliança (Isaías 11:1-3; 61.1; cf. João 8.29).
2. Lhe foi garantido proteção divina na execução de sua obra (Isaías 42.6; Zacarias 3.8-9; cf. João 10.18)
3. Lhe foi prometido assistência divina a fim de consumar sua obra com êxito (Isaías

42.4; 49.8-10; cf. João 17.4)

4. Estas promessas foram realizadas para Cristo manter seu coração e para que rogasse ao Pai (Salmo 89.26,28) e assim o fez (Isaías 50.8-10; cf. Hebreus 2.13).
5. Cristo teve o sucesso garantido e junto a ele uma recompensa (Isaías 53.10,11; Salmo 89.27-29; 110:1-3; cf. Filipenses 2.9-11).

Assim também, recebeu promessas com respeito a seu povo:

1. Que receberia dons para eles (Salmos 68.18; cf 4.10-11).
2. Que Deus colocaria neles uma vontade para recebe-lo como Senhor (Salmos 110.3; cf. João 3.44)
3. Que lhes daria vida eterna (Salmo 133.3; cf. Tito 1.2).
4. Que uma linhagem (semente) lhe serviria, proclamaria sua justiça e declararia o que ele havia feito por eles (Salmos 22.30-31).
5. Que reis e príncipes o adorariam (Isaías 49.7)

Finalmente, note que esta aliança celebrada entre o

Pai e o Filho em favor de todos os seus eleitos, possui várias alcunhas: É chamado de "aliança perpétua" (Isaías 55.3) para se destacar a perpetuidade; porque suas bênçãos, derivadas na eternidade passada, são para sempre. É chamado de "aliança de paz" (Ezequiel 34.25;37.26), porque garante reconciliação com Deus, em vista da transgressão de Adão que trouxe inimizade; inimizade que, através de Cristo foi removida (Efésios 2.16), e, por isso, é chamado de "Príncipe da Paz" (Isaias 9.6). É chamado de "aliança de vida" (Malaquias 2.5), em contraste com o pacto de obras que terminou em morte, ademais, porque vida é, principalmente, aquilo prometido (Tito 1.2). É chamado de "Santa Aliança" (Lucas 1.72), não apenas porque foi realizado por e entre as pessoas da Santíssima Trindade, mas também por garante a santidade do caráter divino e a santidade do povo de Deus. É chamado de "Superior Aliança" (Hebreus 7.22), em contraste com a aliança Sinaítica, onde a prosperidade nacional de Israel foi deixada a mercê de suas obras.

A Aliança Adâmica

Parte I

É de vital importância para o correto entendimento de muito da palavra de Deus, observar a relação que Adão manteve com sua posteridade. Adão não foi apenas o pai comum de toda a raça humana, mas, também foi o cabeça federal e representante dela. A humanidade toda foi colocada à prova no Éden. Adão não estava ali apenas por ele mesmo, mas tudo que fez foi como representante de toda sua posteridade. A menos que esta verdade crucial seja bem entendida, muito daquilo que deveria ser claro a nós, terminará em um mistério impenetrável e escuro. E ainda avançamos mais ao afirmar que, até que o cabeça federal, que é Adão, e a aliança com Deus neste ofício não seja corretamente entendido, nos faltará a chave para compreender os acordos de Deus com a raça humana; seremos incapazes de discernir a relação do homem com a lei divina e de apreciar os princípios fundamentais a partir dos quais a expiação de Cristo tem lugar.

"Cabeça federal" é um termo que praticamente

desapareceu da literatura religiosa corrente – os maiores culpados são os escritores modernos. É certo que a expressão em si não aparece literalmente na Escritura. No entanto, como as palavras Trindade e encarnação divina, surge como necessidade da linguagem teológica e na exposição doutrinária. O princípio ou o fato que está incorporado no termo "cabeça federal" é o de representação. Existem não mais que duas cabeças federais: Adão e Cristo. Com eles Deus, respectivamente, entrou em aliança. Atuaram na representação de outros, cada um representou legalmente pessoas definidas, tanto que, todos que foram representados foram contados por Deus como estando neles. Adão representava toda a humanidade; Cristo representava todos aqueles que o Pai, em seu conselho eterno, lhe deu.

Quando Adão apareceu no Éden como um ser responsável diante de Deus, foi feito como cabeça federal, como o representante legal de toda sua descendência. É por isso que ao pecar Adão, todos os representados foram contados pecadores; quando caiu, todos caíram. Quando morreu, todos morreram. O mesmo foi com Cristo. Quando veio a

esta terra também manteve uma posição de relação federal com seu povo. Assim, quando se fez obediente até a morte, todos foram que foram representados por Ele foram contados por justos; quando ressurgiu dos mortos, eles ressuscitaram com Ele; quando ascendeu aos céus, foram considerados como ascendendo com Ele. “Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo.” (Gênesis 15.22).

A relação de nossa raça com Adão ou com Cristo divide o homem em duas classes, cada qual recebendo a natureza e o destino próprios de sua cabeça. Os indivíduos que compõe estes dois grupos, são tão identificados com sua cabeça que, com razão, se disse: “no mundo não houve, senão, apenas dois homens e na história, duas realidades”. Estes dois homens são Adão e Cristo; as duas realidades são a desobediência do primeiro, pela qual, muitos foram constituídos pecadores, e a obediência do segundo, pela qual, muitos foram contados por justos. Pelo primeiro veio a ruina, pelo o último a redenção. E, nenhuma nem outra podem

ser entendidas biblicamente se não se ver consumadas pelos representantes e se não entendermos as relações expressas nos termos estar "em Adão" e "em Cristo".

Ressaltamos que estamos tratando de um assunto da revelação divina. Fora da Santa Escritura, nada sabemos a respeito de Adão nem de nossa relação com ele. Se é questionado como a constituição federal da raça humana pode ser reconciliada com os ditames da razão humana, a primeira resposta deve ser que não nos compete reconcilia-las. O assunto principal não é se o cabeça federal é razoável e justo, mas, se é um fato revelado na Palavra de Deus. E, se é, então a razão terá de sujeitar-se a ela e a fé recebe-la em humildade. Para o filho de Deus a questão se é justo se resolve com facilidade: sabemos que é justo porque é parte dos designos de Deus infinitamente Santo e Justo.

Agora, o fato de Adão ter sido o cabeça federal da raça humana, que ele atuou e levou a cabo sua capacidade representativa, e que as consequências judiciais de seus atos foram imputados a todos por quem foi representante, é claramente revelado na

Palavra de Deus. Em Romanos 5 nós lemos: “portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram.”(v12); “pela ofensa de um só, morreram muitos” (v15);” porque o julgamento derivou de uma só ofensa”(v16);” por meio de um só, reinou a morte”(v17);” por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação” (v18);” pela desobediência de um só homem, muitos [legalmente constituídos] se tornaram pecadores”(v19). O significado destas declarações é muito claro para que qualquer mente mal-intencionada possa entender de modo errado. Assim, foi do agrado de Deus lidar com a raça humana representada em e por Adão.

Tomemos uma simples ilustração: Deus não tratou com a humanidade como com um milharal, onde cada pé permanece sobre sua própria raiz, antes, tratou com eles como uma árvore, onde todos os galhos compartilham o mesmo tronco e uma mesma raiz. Se, a raiz for arrancada, toda a árvore virá abaixo – não somente o tronco, mas todos os galhos

e toda a árvore morre. Assim foi com a Queda de Adão. Deus permitiu que Satanás colocasse o machado à raiz da árvore e, quando Adão caiu, toda sua descendência caiu com ele. Mediante um golpe fatal, Adão foi cortado da comunhão com seu Criador e como resultado "a morte passou a todos os homens".

Aqui, então, aprendemos qual é o terreno formal da condenação judicial do homem diante de Deus. A ideia popular do que faz o homem pecador à vista do céu é completamente inadequada e falsa. O conceito difundido é o de que o "pecador" é quem comete e pratica o pecado. É verdade que este é o caráter do pecador, mas, certamente, não é isto que constitui um pecador. A verdade é que cada indivíduo de nossa raça entra no mundo como um pecador culpado, mesmo antes de ter cometido uma única transgressão. Isto não é somente possuir uma natureza pecaminosa, mas é estar diretamente "debaixo de condenação". Não somos legalmente constituídos pecadores por aquilo que fazemos, antes, somos pecadores por causa da desobediência de nosso cabeça federal, Adão. Adão agiu não

apenas por si mesmo, mas para toda sua descendência.

Neste ponto, o ensino do apóstolo Paulo é claro e objetivo. Os termos de Romanos 5.12-19, como temos visto, são variados e distintos para admitir qualquer compreensão equivocada: se deve entender que é em virtude de seu pecado cometido em Adão que os homens, em primeira instancia, são culpáveis e tratados como tais; como também são participantes da uma natureza depravada. A linguagem de 1 Coríntios 15.22 não teria sentido a menos que se entenda a base do caráter representativo que tanto Adão como Cristo mantiveram. É assim que um deixou toda a raça humana em culpa e ruina, e o outro, por sua obediência até a morte, assegurou a justificação e a salvação de todos que creem nele. A presente condição da humanidade através de toda a história confirma isso: a doutrina que sustenta o apóstolo é a única capaz de prover uma explicação adequada sobre o predomínio universal do pecado.

Toda a raça humana está sofrendo agora por causa do pecado de Adão, e nada mais. A terra é o cenário de uma tragédia terrível e espantosa. Nela vemos a

miséria e maldição, pobreza e dor, morte e corrupção em toda parte. Nada escapa. Que "o homem nasce para a aflição e para o conflito como as faíscas voam para cima", é algo indiscutível. Mas, qual é a explicação de tudo isso? Todo efeito é precedido de uma causa. Se não somos punidos pelo pecado de Adão, logo, ao entrar nesse mundo, somos "filhos da ira", alienados de Deus, corruptos e depravados ruma a destruição por absolutamente nada. Quem diria que o contrário disto é uma melhor e mais satisfatória explicação do que esta que a Escritura oferece de nossa ruina?

Sem mais, seria dito que seria injusto que Adão fosse nosso cabeça federal. Mas, como? Por acaso este princípio da representação não é um conceito fundamental da sociedade humana? O pai é o cabeça legal dos filhos enquanto eles são menores de idade; suas ações comprometem a família. Uma empresa é responsável pelas negociações de seus agentes. Os chefes de estado estão vestidos com uma autoridade tal que os tratados feitos por eles comprometem toda a nação. Este princípio é tão básico que não pode ser deixado de lado. Toda

eleição popular ilustra o fato que os eleitores vão atuar por meio de um representante quando eles agirem. Os assuntos humanos não poderiam continuar, nem uma sociedade existir sem este princípio. Por que, então, seria estranho encontra-lo inaugurado no Éden?

Considere a alternativa:

> *"A raça humana deveria, ou estar em um homem completo com um intelecto pleno, ou como bebê, onde cada um entrava em provação no crepúsculo da autoconsciência, cada um decidindo seu destino antes que seus olhos estivessem completamente abertos a todo o significado de suas decisões. Quão melhor poderia ter sido isto? Quão mais justo seria? Mas, isso não poderia ter sido de algum outro modo? Não existiu outro modo. Era, ou a criança, ou o que foi perfeito, bem equipado, que tudo calculava, o homem que via e compreendia tudo. Ele era Adão." (G. S. Bishop)*

Sim, Adão, recém-saído das mãos do seu criador, sem um ancestral pecador, sem natureza depravada. Um homem feito à imagem e semelhança de Deus, pronunciado pelo criador como "muito bom", em comunhão com o céu. Quem teria sido um melhor representante nosso?

Este foi o princípio em que e o método pelo qual Deus sempre agiu. A posteridade de Canaã foi amaldiçoada pela única transgressão de seus pais (Gênesis 9). Os egípcios pereceram no Mar Vermelho como resultado da iniquidade de Faraó. Quando Israel se tornou a testemunha de Deus na terra, sucedeu o mesmo. Os pecados dos pais foram visitados sobre os filhos: em consequência ao pecado de Acã, toda sua família foi apedrejada até a morte. O sumo sacerdote agia como representante de toda nação. Mais tarde o rei respondeu pelas condutas de seus servos. Um agindo por outros, um responsável por muitos, isto é um princípio básico para ambos, tanto para o governo humano quanto para o governo divino. Não podemos desfazer esse princípio, para onde quer que olhemos, ele estará diante de nós.

Finalmente, notemos que a salvação do pecado depende deste mesmo princípio. Tenha cuidado, meu leitor, de não te queixar da justiça desta lei da representatividade. Este princípio nos arruinou, mas somente este princípio pode nos salvar. A desobediência do primeiro Adão foi a base judicial de nossa condenação; mas, a obediência do segundo Adão é a base legal mediante a qual somente Deus pode justificar o pecador. A substituição de Cristo no lugar do seu povo, a imputação de seus pecados sobre Ele e a imputação da justiça de Cristo sobre seu povo, é o ponto vital do evangelho. Mas, o princípio de ser salvo pela obra de outro somente é possível quando reconhecemos que somos perdidos por causa de outro. Os dois permanecem juntos ou caem juntos. Se nunca existiu um pacto de obras, então, não poderia existir morte alguma em Adão, nem poderia existir vida em Cristo.

“Pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores” (Romanos 5.19). Aqui está a causa da humilhação que poucos reparam. Somos membros de uma raça maldita, filhos caídos de um pai caído e, como tais, viemos a este mundo “alheios

à vida de Deus" (Efésios 4.18), sem nada que nos impulsione ao viver santo. Oh, querido leitor! Que Deus possa revelar a você sua conexão com o primeiro Adão para que possa ver a profunda necessidade que tens de se agarrar ao último Adão. O mundo pode rejeitar esta doutrina da representação e imputação, mas, isto somente evidencia ser elas de Deus. Se o evangelho (o genuíno evangelho) fosse acolhido por todos, isso provaria ser uma invenção humana; porque a sabedoria deste mundo escarnece o princípio da representatividade federal quando ela é apresentada fielmente. Esse princípio apenas manifesta sua origem divina.

"Pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores" (Romanos 5.19). A palavra "tornaram" neste versículo merece ser definida e explicada. Ela não se refere diretamente e primariamente ao fato de que herdamos a natureza corrupta e pecaminosa de Adão – algo que aprendemos em outras passagens da Escritura. A expressão "se tornaram pecadores" é de caráter forense e se refere a nós que somos constituídos

culpáveis aos olhos de Deus. Um caso paralelo é encontrado em 2 Coríntios 5.21:" Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós". Claramente estas palavras "o fez pecado por nós" não se refere a qualquer mudança em nosso Senhor ou algum tipo de variação no caráter e natureza dele. Não! Antes, o bendito Salvador foi tratado como culpado por Deus ao assumir o lugar de seu povo diante de Deus. Os pecados dos eleitos não foram transmitidos, mas imputados em Cristo.

Novamente, em Gálatas 3.13 lemos que Cristo foi "feito maldito por nós" como o substituto dos eleitos de Deus; Ele foi colocado judicialmente debaixo da condenação da lei. Nossa culpa foi transmitida a Cristo legalmente: foi tido como responsável pelos nossos pecados; aquilo que merecíamos, Ele padeceu. De modo semelhante, a descendência de Adão foi "feita pecadora" pela desobediência de seu cabeça federal; a consequência legal de sua transgressão representativa foi colocada em nossa conta. Foram judicialmente constituídos culpados porque lhes foi imputado a culpa do pecado de Adão. Assim entramos neste mundo, não apenas

com a herança de uma natureza corrupta, mas também, “debaixo de maldição”. Somos “filhos da ira” por natureza (Efésios 2.3), porque “Desviam-se os ímpios desde a sua concepção” (Salmo 58.3); separados de Deus e expostos a sua indignação judicial.

Parte II

No capítulo anterior pontuamos algumas coisas de quando Adão estava no Éden como um ser responsável diante do seu criador. Ali, ele estava como o cabeça federal de nossa raça, que atuava legalmente por toda sua posteridade, que a vista da lei divina, nós estávamos todos absolutamente identificados com ele, sendo contados "em Adão". Daí o que ele fez foi considerado como sendo as ações de todos: quando ele pecou, nós pecamos; quando ele caiu, nós caímos; quando ele morreu, nós morremos. A linguagem de Romanos 5.12-19 e 1 Coríntios 15.22 é tão natural e positiva neste ponto que não deixa lugar a uma interpretação duvidosa. Tendo visto, então, o ofício representativo ou a posição que Adão ocupou, tornemos a considerar a aliança que Deus fez com ele no tempo. Mas, antes disso, vamos observar quão admiravelmente equipado estava Adão para ocupar este eminente ofício e transação para toda sua raça.

É muito difícil, senão impossível para nós, em nosso atual estado, termos uma ideia adequada da mais excelente e gloriosa situação do homem neste

primeiro estado. Negativamente, Adão estava completamente livro do pecado e miséria: ele não tinha ancestrais ímpios, nenhuma corrupção, nenhuma aflição em seu corpo. Positivamente, ele foi feito à imagem e semelhança de Deus, habitado pelo Espírito Santo, dotado de sabedoria e santidade tal como os cristãos, ainda que em si mesmos não possuem. Foi abençoado com uma comunhão ininterrupta com Deus, colocado no ambiente mais puro e lhe concedido domínio sobre toda criatura na terra, e, além disso, provido com uma adequada ajudadora. Claro como a manhã foi a porção de Adão. Feito "reto" (Eclesiastes 7.29) e dotado com habilidade plena para servir, deleitar em, e glorificar seu Criador.

Embora pronunciado por Deus como "muito bom"(Gênesis 1.31 no dia de sua criação, Adão estava, não menos como criatura, e sujeito a autoridade daqueles que o trouxe a existência. Deus governa sobre dos os seres racionais por sua lei, como regra de obediência. Para este princípio não existe exceção; assim natureza mesmo das coisas exige, porque Deus faz valer seu direito como o

Senhor sobre todos. Anjos (Salmo 103.20), o homem em seu estado original, o homem caído, os redimidos, todos estão sujeitos ao governo de Deus. Inclusive seu Filho amado ao se encarnar foi "nascido debaixo da lei" (Gálatas 4.4). Além disso, no caso de Adão, seu caráter ainda não estava confirmado e, por isso, a semelhança dos anjos, deveria ser colocado a prova para ver se renderia em fidelidade ao Senhor seu Criador.

Agora, a lei que Deus deu a Adão, sobre a qual ele foi colocado, é de caráter triplo: natural, moral e positiva. Pela primeira queremos dizer a sujeição ao seu Criador: agir para sua honra e glória – foi constituída da mesma lei do seu ser. Sendo criado a imagem e semelhança de deus, ele se deleitava em sua natureza no Senhor e reproduzia (a medida da criatura) a justiça e santidade de Deus. Assim como os animais são dotados de uma natureza ou extinto que os impulsiona a agir e escolher aquilo que é para seu bem, o home, em sua glória primitiva, foi dotado de uma natureza que o impulsionava a fazer aquilo que agradava a Deus e aquilo que promovia seus próprios e mais altos interesses – vestígios dessa

natureza na consciência racional do homem podem ser vistos.

Por lei “moral” que foi entregue a Adão por Deus, queremos dizer que foi colocado sob os Dez Mandamentos, sendo estes, resumidos ao “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.”. Nada menos do que aquilo que é devido ao Criador e o necessário para fazer de Adão uma pessoa reta. Por lei “positiva”, dizemos que Deus também colocou certas restrições sobre Adão que nunca surgiram a partir da luz da natureza ou de qualquer consideração moral, mas que, somente foi colocada por Deus de modo soberano e como um teste da sujeição de Adão à vontade imperial de seu Rei. O termo “lei positiva” é empregado por teólogos, não como antitética a “negativa”, mas em contraste com aquelas leis que foram endereçadas à nossa natureza moral: oração é um dever moral, batismo é uma ordenança positiva.

Estes três desenvolvimentos da lei sobre os quais Adão foi colocado podem ser claramente

discernidos no breve relato de Gênesis 1 e 2. O casamento entre Adão e Eva ilustra o primeiro: “Por isso, deixa o homem pai e mão e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne” (Gênesis 2.24). Qualquer infração da relação matrimonial é uma violação da lei própria da natureza. A instituição e consagração do Sabbat exemplifica o segundo: “E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele descansou de toda a obra que, como Criador, fizera.” (Gênesis 2.3). Um procedimento que seria inexplicável, a menos que se entenda que por ele se indicava ao homem que deveria fazer o mesmo, doutro modo, a santificação e a benção declarada precisariam de assunto apropriado e um fim específico. Em todas as eras, a observância do santo Sabbat tornou-se o teste supremo de sua relação moral para com o Senhor. O mandamento para que Adão cuidasse do jardim (cultivar e guardar, Gênesis 2.15) demonstra o terceiro aspecto, o positivo; mesmo em seu estado original o homem não estaria ocioso e indolente.

A partir disso, se faz evidente que Adão teve uma relação externa e distinta dessas três grandes

ramificações acerta do dever do homem, qualquer que seja sua forma de existência mortal e que, unidas, compreendem toda obrigação de sua vida; quer dizer, aquilo que é devido a Deus, aquilo que é devido ao próximo e aquilo que é devido a si mesmo. Esses três aspectos da lei o envolveram por completo. A santificação do Sabbat, a instrução do matrimonio e o mandamento de cultivar e guardar o jardim, foram revelados como ordenanças externas, englobando as três classes de obrigações; cada um de vital importância em sua esfera: a espiritual, a moral e a natural. Estes elementos intrínsecos da lei divina são invariáveis: precederam o pacto de obras e ainda permaneceriam se a aliança tivesse sido mantida – assim existiam em seus aspectos.

Mas havia necessidade de algo mais específico para provar a fidelidade à retidão perfeita que era exigida do homem; porque em Adão a humanidade toda foi colocada a prova; a raça humana toda; não sendo potencialmente criada nele, mas, sendo representada federalmente nele.

> *"A questão, portanto, é que era preciso exigir conformidade a uma ordenança*

> *que foi uma vez arrazoada em sua natureza e específica em seus requisitos – uma ordenança que até o mais simples pudesse entender e que não desse lugar a dúvidas em quanto se podia ou não rompê-la. Tal foi o grau, quando Deus proibiu tomar da árvore do conhecimento do bem e do mal, proibindo comer do fruto sob pena de morte – uma ordenança positiva em seu caráter, e arbitrário em um sentido, mas ainda perfeitamente natural" (P. Fairbairn, The Revelation of Law in Scripture).*

Agora, Adão estava sujeito ao simples e específico teste para ver se a vontade de Deus era sagrada diante de seus olhos. Nada menos poderia exigir do homem que uma conformidade absoluta do coração e uma obediência constante à vontade de Deus revelada. O mandamento para não comer do fruto de certa árvore foi, agora, feito teste de sua obediência geral. Esse mandamento proibitivo era um preceito "positivo". Não era pecado "per se" comer da árvore do conhecimento do bem e do mal,

mas, somente porque Deus a fez a proibição, se tornou pecado. Isso foi, portanto, o mais adequado teste de fé e obediência do que um estatuto "moral"; submissão sendo requerida por nada além da soberana vontade de Deus. Ao mesmo tempo, é claramente observado que desobedecer este preceito "positivo" certamente envolve desobedecer a lei "moral", porque ele era uma falha para com o amar a Deus com todo o coração; isto era uma rebelião contra a autoridade divina; isto era cobiçar o que Deus havia proibido.

Com base nessa condição tripla sobre a qual Deus colocou Adão – uma lei natural, moral e positiva – sobre a base de sua responsabilidade tripla – para realizar o que se devia a Deus, a seu próximo e a si mesmo – e sobre a base da aptidão tripla com que foi dotado – criado a imagem de Deus, mencionado com "muito bom", cheio do Espírito Santo – sendo capaz de cumprir sua responsabilidade, Deus entrou em um pacto formal com ele. Revestido de dignidade, inteligência e excelência moral, Adão estava rodeado de beleza e de amor. O habitante do Éden era mais um ser do céu do que da terra: a

encarnação da sabedoria, pureza e retidão. O mesmo Deus condescendeu a visitá-lo e animá-lo com sua presença e bênçãos. Seu corpo era perfeitamente sadio, sua alma totalmente santa em circunstâncias deslumbrantemente feliz.

A aptidão ideal de Adão para agir como o cabeça da raça e as circunstâncias ideais sobre as quais o teste decisivo foi realizado, devem ser motivos mais que suficientes para calar toda bica séria e honesta contra o acordo proposto por Deus a Adão, e as terríveis consequências que seu fracasso levaria sobre todos nós. Isto bem foi dito:

> *"Se estivéssemos presentes – tivéssemos, nós e toda raça sido levados existência humana ao mesmo tempo – e Deus nos houvesse proposto eleger um de nós para ser nosso representante – Não deveria nós, com uma só voz, escolher nossos primeiros pais para este ofício? Não deveríamos nós ter dito: 'Ele é um homem perfeito e porta a imagem e semelhança de Deus, se alguém há de comparecer por nós, desejamos que seja*

ele'? Agora, se os anjos que permaneceram por si mesmos caíram, porque deveríamos nós tentar? E, se um devia ser nosso representante, porque queixarmos de Deus, que o colocou quando isso seria o mesmo que faríamos se estivéssemos ali? " (G.S. Bishop)

"Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás." (Gênesis 2.17). As partes contratantes desta aliança eram Deus e Adão. Primeiro, Deus como supremo Senhor, esta prescrevendo o que é justo: Deus como a bondade em si mesma prometendo comunhão com Ele – algo primordial para a felicidade humana – enquanto o homem andasse no caminho da obediência e fazendo aquilo que agradava a seu criador; mas também Deus, como a própria justiça, ameaçava a morte em caso de rebelião. Segundo, Adão considerado como ambos, homem, cabeça e representante de sua posteridade. Como homem era um ser racional e responsável, dotado com as capacidades para de cumprir toda justiça,

comparecendo não como um infante, mas como um homem completamente desenvolvido – alguém totalmente qualificado e apto para que Deus fizesse uma aliança com ele. Como cabeça da raça, ele foi, agora, chamado para agir em natureza e força com aquilo que o Criador lhe havia dotado tão ricamente.

Está claro que o pacto de obras foi realizado com aquele homem em sua condição original – que embora "feito perfeito" – foi capaz de cair; igualmente é claro que o pacto de graça foi realizado com o homem que, embora caído e depravado, é – por meio de Cristo – capaz de ser restaurado.

> *"Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável." (Confissão de Fé de Westminster, Capítulo Iv.II)*

Estas palavras lançam alguma luz sobre a misteriosa questão: “Como pode uma criatura sem pecado pecar? “Como alguém feito ‘reto’ caiu? ” Como poderia aquele a quem Deus chamou “muito bom” dar ouvidos ao diabo, apostatar e levar a ruina a si mesmo e toda sua posteridade?

Enquanto em nosso estado presente não é possível resolver completamente este profundo problema, não obstante, estamos convencidos de que podemos perceber a direção em que a solução é encontrada. Em primeiro lugar, Adão era mutável ou passível de mudança. Necessariamente se conclui que mutabilidade e criação são termos correlativos. Existe apenas Um “em quem não pode existir variação ou sombra de mudança.” (Tiago 1.17). Os atributos essenciais de Deus são incomunicáveis: porque se a Deidade conceder onisciência, onipotência ou imutabilidade a outros, então não estariam trazendo criaturas a existência, mas, erguendo deuses iguais a Ele. Por outro lado, mesmo Adão sendo uma criatura perfeita, não era mais que uma criatura mutável. E sendo mutável, ele estava sujeito a mudanças ou para melhor ou para

pior, e assim, era capaz de falhar.

Em segundo lugar, Adão foi constituído um ser responsável, um agente moral dotado com livre-arbítrio, e, capacitado a obedecer e desobedecer. Além disso, embora o primeiro homem tenha sido dotado com sabedoria natural e espiritual mais que suficiente para todas as suas necessidades, deixando-o completamente sem pretexto se ele fizesse uma falsa e tola escolha, apesar disso, era um homem falível, porque a infalibilidade pertence apenas a Deus (João 4.18). Portanto, ao ser falível, Adão era capaz de errar, ainda que ao fazê-lo o tornaria culpável no mais alto grau. Mutabilidade e falibilidade são condições da existência de toda criatura; e, enquanto eles não estão manchados, ainda estão em potencial perigo que só pode ser prevenido se constantemente olharem para o Criador e sustentador da graça.

Em terceiro lugar, como ser responsável, como agente moral dotado com o livre-arbítrio, Adão necessariamente devia ser testado, submetido a um teste real de sua fidelidade para com Deus, antes de ser confirmado, ou entregue permanentemente à sua

perfeição como criatura. Como Adão era uma criatura mutável e falível, dependia totalmente de seu Criador, portanto, devia ser colocado a prova para ver se pretendia romper sua dependência; algo que seria uma revolta aberta contra seu Criador e um repúdio a sua condição de criatura. Toda criatura necessariamente está debaixo do governo de Deus e para os agentes livres implica em duas alternativas possíveis: sujeição ou rebelião. O controle absoluto de Deus sobre a criatura e a plena dependência e sujeição a Ele é algo sempre concreto e absoluto em todo o universo. O veneno inerente a todo erro e mal é a rebelião contra o domínio de Deus e da dependência do homem a seu Criador, ou o desejo de fazer valer sua própria independência.

Ao ser mutável, falível e dependente, a mais nobre e notável criatura foi posta a queda de seu estado inicial podendo ser preservada unicamente pelo soberano poder de seu criador. Ao ser dotado com o livre-arbítrio o homem era capaz de obedecer e desobedecer. Se Deus quisesse, poderia ter sustentado Adão e isto sem retirar sua responsabilidade nem liberdade; mas, a menos que

Adão fosse deixado a sua própria sabedoria e força como criatura, sua responsabilidade e poderes não teriam sido provadas. Ao invés disso, Deus ofereceu ao homem a oportunidade de ser confirmado como uma criatura santa e feliz, segura na condição de sua própria escolha pessoal; para que ao conclui-la lhe fosse dado uma posição firme e estável diante de Deus. Mas, Deus permitiu que Adão desobedecesse para fazer o caminho mais glorioso da obediência de Cristo; permitiu que o pacto de obras fosse quebrado para que uma melhor aliança da graça pudesse ser administrada.

PARTE III

Antes de entrar em detalhe acerca da natureza e os termos da aliança que Deus fez com Adão será importante responder uma objeção que alguns tem levantado contra: que a palavra aliança não aparece no relato histórico de Gênesis; falar de uma aliança Adâmica é apenas uma invenção teológica. Existem certos tipos de pessoas que se consideram ortodoxas, que imaginam possuir reverência e respeito pela Santa Escritura tendo ela como se fosse a última corte de apelação, colocam-se acima de todos. Eles dizem: "mostra-me uma passagem em que diz expressamente que Deus fez uma aliança com Adão e então estará resolvido o assunto; mas, amenos que você possa produzir um verso com o exato termo 'aliança Adâmica' nele, eu não deverei acreditar em coisa alguma".

Uma das razões para tratar esta objeção insignificante é porque ilustra uma abordagem muito superficial da Palavra de Deus que está cada vez mais comum sobre certos círculos que, na verdade, precisam ser corrigidos. Palavras são apenas registros ou sinais (diferentes escritores as usam em

diferentes sentidos, tal como as vezes sucede na mesma Escritura); frequentemente, se ocupar de modo indevido com o exterior nos leva a identificar a substância da palavra de modo errado. Os unitários se recusam a crer na trindade de Deus meramente porque nenhum verso pode ser encontrado afirmando categoricamente que existem "três Pessoas na Divindade" ou onde a palavra Trindade é usada. Mas, qual a importância da ausência de uma determinada palavra quando as três pessoas divinas e distintas estão claramente delineadas na Palavra da verdade! Pela mesma razão, outros repudiam o fato da depravação total do homem caído, o que é a mais alta absurdidade pois a Escritura descreve o homem como corrupto em todas as suas faculdades.

Seguramente, não necessito que me digam que certa pessoa nasceu de novo quando todas as marcas da regeneração claramente se vêm em sua vida, e se estou com uma completa descrição de sua imersão, a mera palavra batismo não me torna-o mais regenerado em minha mente. Então, primeiro buscamos não o termo aliança, mas procuramos ver

se podemos ou não traçar as características de uma solene e definitiva aliança entre Deus e Adão. Não dizemos isso porque a palavra em si mesma nunca é associada com nossos primeiros pais – porque em outro lugar está – mas, porque estamos ansiosos de que nossos leitores sejam livres desse mal. Para descartar de nossas mentes toda ideia de uma aliança Adâmica simplesmente porque o termo em si mesmo não ocorre em Gênesis 1 ao 5 seria preciso uma leitura muito superficial desses capítulos e perdendo muito daquilo que está submerso.

Vamos, agora, relembrar os elementos essenciais de uma aliança. Em resumo, toda aliança é um acordo mutuo aceito entre duas partes que se comprometem em cumprir as condições estipuladas. Ao ampliar esta definição podemos definir os termos da aliança da seguinte maneira: (1) existe uma estipulação de alguma coisa a ser feita e entregue pela parte que propõe a aliança (2) existe uma estipulação pela outra parte de alguma coisa a ser feita ou entregue em consideração (3) estas estipulações devem ser legais e justos, ela nunca pode ser justamente proposta para o erro (4) existe uma penalidade

incluída nos termos do acordo, alguma consequência ruim como resultado para a parte que , por ventura, violar o acordo – a penalidade é adicionada como uma segurança.

Desse modo, uma aliança é uma disposição de coisas, um arranjo concernente a elas, um acordo mútuo sobre ela. Mas, novamente, nós poderíamos relembrar o leitor que as palavras são arbitrárias, e não podemos confiar em um simples termo, como se pudéssemos obter conhecimento adequado de uma coisa apenas por ele. Não! Fazemos indagações dentro da coisa em si. Existe uma transação moral entre Deus e Adão onde aparecem os quatro princípios mencionadas? Existiu uma proposição feita por Deus ao homem para fazer alguma coisa? Alguma estipulação de algo a ser dado em troca de alguma coisa? Algum acordo entre ambos? Alguma sanção penal? Para estas perguntas, um observador acurado do conteúdo de Gênesis 1 ao 3 deverá responder afirmativamente.

“Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.” (Gênesis 2.17). Aqui está

todos os elementos constituintes da aliança: (1) estão as partes contratantes, o Senhor Deus e o homem; (2) existe uma estipulação que o homem (ligado por um dever) se comprometeu a realizar; (3) havia uma pena prescrita em caso de descumprimento; (4) existia, por uma clara e necessária implicação, uma recompensa prometida, a qual receberia Adão se cumprida todas as condições; (5) a "árvore da vida" era o selo ou ratificação divino da aliança, assim como o arco-íris foi o selo da aliança de Deus com Noé. Mais adiante, nos esforçaremos para provar cada uma destas declarações.

> *"Temos aqui, no início do mundo, distintamente colocado diante de nós, como as partes de uma aliança, o Criador e a criatura, o Governador e o governado. Na aliança em si, breve como está, temos concentrado todos aqueles primários e eternos princípios da verdade, retidão e justiça que entram necessariamente na natureza do grande Deus e que devem sempre impregnar Seu governo sobre quaisquer dispensações;*

> *Reconhecemos plenamente sua autoridade para reger suas criaturas inteligentes de acordo com estes princípios e que o homem está sujeito a tudo, como um ser responsável e inteligente, a vontade e direção do infinitamente sábio e benevolente Criador. Por tanto, nenhuma parte da aliança, no sentido apropriado, é deficiente" (R.B. Howell, The Covenant, 1855).*

Houve então um compromisso formal entre Deus e o homem no tocante a obediência e desobediência, castigo e recompensa; e, onde existe uma lei regulando estes assuntos e um acordo entre as partes, há uma aliança (cf. Gênesis 21.27, e o que antecede e segue Gênesis 31.44). E, nesta aliança, Adão não atuou como uma pessoa privada para si mesmo somente, mas como o cabeça federal e representativo de toda sua posteridade. Neste ofício, ele serviu sozinho, Eva não era uma cabeça federal juntamente com ele, mas, foi incluída nele, ela foi formada dele (após ele, conforme cremos). Nisto, Adão foi um tipo de Cristo, com quem Deus fez

uma aliança eterna e quem, no momento apropriado, agiu como cabeça e representante do Seu povo: como está escrito: ” sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual prefigurava aquele que havia de vir.” (Romanos 5.14).

A prova mais conclusiva de que Adão efetivamente entrou em aliança com Deus como representante e cabeça de sua posteridade está nos castigos penais que recaíram sobre a raça em consequência da desobediência do seu cabeça federal. Em vista da terrível maldição que passou a toda sua posteridade, somos compelidos a inferir a relação legal que existiu entre Adão e a raça, porque o juiz de toda terra, em sua retidão, não puniria onde não houvesse crime. “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos [‘porque todos’ ou ‘em quem’]pecaram” (Romanos 5.12). Aqui está o fato, e devemos inferir dele a causa: sob o governo de um Deus justo, o sofrimento de seres santos desconectados do pecado é uma impossibilidade.

Seria injustiça o pecado de Adão ser a causa da morte de todos os homens, a menos que todo homem estiver moralmente e legalmente conectado com ele.

Que Adão permaneceu como cabeça federal de sua raça atuando por eles, e que Deus contemplava toda sua posteridade ligada moralmente e legalmente (bem como seminalmente) em Adão, está claro por tudo que foi dito para ele nos três primeiros capítulos de Gênesis. A linguagem usada nos primeiros capítulos claramente dá a entender que se falava a toda humanidade e não apenas para Adão como um indivíduo único; mas, falava a eles e deles. A primeira vez que o "homem" é mencionado se refere a toda humanidade e não somente a Adão: "Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda [e não simplesmente 'o jardim do Éden'] a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. " (Gênesis 1.26). Todo homem carrega o nome de seu representante (assim como a igreja é designada por

sua cabeça: 1 Coríntios 12.12), porque o hebraico para “todo homem” no Salmo 39.5,11 é “todo Adão” - uma clara evidência de sua unidade diante dos olhos da lei.

De igual modo, o que Deus disse para Adão após ele pecar, foi dito a toda humanidade; e a maldição com que foi condenado neste mundo, como a consequência de sua transgressão, igualmente recaiu sobre sua posteridade: “Maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida...No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás. ” (Gênesis 3.17,19). Como esta sentença “tornarás à terra” não somente com respeito a Adão, mas todos os seus descendentes, a mesma linguagem originalmente dita tem respeito à toda humanidade: “no dia que dela comeres, certamente morrerás”. Isto é reduzido a certas e inequívocas declarações de Romanos 5.12 e 1 Coríntios 15.22. A maldição veio sobre todos, então, o pecado deve ter sido cometido por todos.

Os termos da aliança estão relatados em, ou são claramente inferidos da linguagem de Gênesis 2.17.

Esta aliança demanda obediência perfeita às condições. Não, tais condições, difíceis: foi colocado uma única prova para dar expressão formal a essa obediência, a saber, abster-se da árvore do conhecimento do bem e do mal. Ao cria-lo, Deus havia dotado Adão como uma perfeição e retidão universal (Eclesiastes 7.29), então, ele estava completamente habilitado a responder todas as exigências de seu Criador. Ele possuía um completo conhecimento da vontade de Deus no que diz respeito ao seu dever. Não havia a tendência ao mal: tendo sido criado a imagem e semelhança de Deus, suas afeições eram puras e santas (cf. Efésios 4.24). Quão simples e fácil era observar estas obrigações! Quão horrendas as consequências desta violação!

> *"As implicações de semelhante preceito divino devem ser consideradas. Por ele, o homem é ensinado: (1) que Deus é Senhor de tudo e que é ilegal desejar se quer uma maçã sem seu consentimento. Em todas estas coisas, então, desde o maior ao menor, os lábios do Senhor devem ser consultados, como, por*

exemplo, o que Ele teria ou não criado para nós. (2) Que a felicidade do homem está apenas em Deus e que não podemos desejar nada, a não ser em submissão a Ele e para sua glória. Então, somente através dele que podemos possuir as coisas boas e deleitosas. (3) É ensinado a estar satisfeito mesmo sem as coisas mais deleitosas e desejáveis, se Deus assim ordenar, e, pensar que é muito melhor estar em obediência aos preceitos de Deus do que desfrutar das melhores coisas do mundo. (4) Aquele homem ainda não havia chegado ao máximo da felicidade, mas devia aguardar um bem maior após o teste de obediência. Isto foi insinuado na proibição da árvore mais deliciosa, cujo fruto era, além do que qualquer outro, mais desejável. E isto requer algum grau de imperfeição nesse estado em que o homem estava proibido de algumas coisas boas. ” (The Economy of the Covenants. H. Witsius, 1660).

Junto a este estatuto proibitivo foi anexada uma promessa. Isto foi um elemento essencial na aliança: uma recompensa sendo garantida em caso de cumprimento. Então, “no dia em que dela comeres, certamente morrerás” necessariamente implica o oposto, a saber, “se não comeres dela, certamente viverás”. Tal como “não furtarás” inexoravelmente implica em “te conduza honestamente e com honra”, tal como “alegra-te no Senhor” implica em “não murmures contra Ele”, deste modo, conforme a lei mais simples de ameaça de morte como consequência do ato pecaminoso, afirma-se a promessa de vida na obediência. Deus não será devedor do homem: o princípio geral de “Além disso, por eles se admoesta o teu servo; em os guardar, há grande recompensa. ” (Salmo 19.11) não admite exceção.

Um certo bem, uma benção espiritual, em adição ao que Adão e Eva (e sua posteridade nele) já possuíam, foi assegurada em caso de obediência. Adão não existiu sem uma promessa, ele não esteve sem uma esperança bem fundamentada para o futuro, porque a esperança que não foi

envergonhada está fundamentada na promessa (Romanos 4.18, etc.). Como Romanos 7.10 afirma: “o mandamento que me fora para vida” ou mais acuradamente: (por que a palavra ordenada é suprimida pelos tradutores) “o mandamento que fora ordenado para a vida” – tendo vida como recompensa pela obediência. E, outra vez ”Ora, a lei não procede de fé, mas: Aquele que observar os seus preceitos por eles viverá. ” (Gálatas 3.12). Mas, Adão sendo mutável, falível e criatura mortal, a lei se tornou “enferma pela carne” (Romanos 8.3).

Novamente, o que foi dito acima é objetado: Adão já estava em posse de vida espiritual, como, então, poderia a vida ser recompensa prometida em caso de obediência? É verdade que Adão gozava de vida espiritual, sendo plenamente santo e feliz, mas, estava sobre provação. A resposta de Deus ao teste poderia determinar se a vida espiritual iria continuar ou seria perdida (de acordo com a obediência ou desobediência ao mandamento divino).

Se Adão houvesse cumprido os termos da aliança, então ele teria sido confirmado em seu estado, no favor de Deus e na comunhão com seu Criador, no

feliz estado do paraíso terreno. Sua obediência teria deixado para traz toda possibilidade de apostasia e miséria. A recompensa ou bem adicionado que teria conseguido, seria um estado de bem-aventurança inalienável, tanto para o próprio Adão quanto para sua descendência.

O leitor bem informado observará a partir do que foi mostrado, que não estamos de acordo com H. Witsius e outros teólogos proeminentes do período Puritano que ensinavam que a recompensa prometida a Adão por sua obediência era a herança celestial. Seus argumentos sobre este ponto não nos parecem suficientemente contundentes, nem tão pouco encontramos na Escritura na que sustente esse ponto. Um inalienável direito ao paraíso terreno, nós pensamos, é o que a promessa denota. Antes, a herança celestial foi reservada por causa do Filho encarnado de Deus, pelo inestimável merecimento por sua obediência até a morte, mérito Dele para Seu povo eternamente bem-aventurado. Além disse, nos é dito que Cristo iniciou "uma melhor aliança" com "melhores promessas" (Hebreus 8.6). O último Adão assegurou, para Deus

e para seu povo, mas do que foi perdido pela deserção do primeiro Adão.

PARTE IV

Nos capítulos anteriores vimos que o homem foi "feito reto" (Eclesiastes 7.29), ou seja, esta linguagem necessariamente implica uma lei, e que o homem estava, na sua criação, em conformidade a ela. Quando alguma coisa é feita de modo regular ou de acordo com uma regra, a própria regra é obviamente pressuposta. A lei de ser de Adão não era outra senão a indispensável e eterna lei de justiça, a mesma que logo foi sumarizada nos Dez Mandamentos. A nobreza do homem consistia na retitude universal de seu caráter, em sua conformidade a toda natureza do Criador. Então, a real natureza do homem foi plenamente capaz de responder as exigências da vontade revelada de Deus em que Adão estava.

Também mostramos que no Éden, o homem foi colocado em provação: como um ser moral, sua responsabilidade foi testada. Em outras palavras, ele foi colocado sob o governo moral de Deus; e, sendo dotado de livre-arbítrio, foi capaz de ambos, a saber, obediência e desobediência – sua própria livre escolha foi o fator determinante. Como criatura,

estava sujeito ao seu Criador; estava em débito com Deus por tudo que era e tinha. Portanto, estava abaixo da maior obrigação de amar a Deus de todo coração e servi-lo com todas as suas forças; e isto era algo que ele podia realizar. Criado desse modo e qualificado para essa tarefa, aprouve a Deus colocar Adão como cabeça federal e representante legal de toda raça humana; e, ocupando essa posição e ofício, Deus entrou em uma solene aliança ou acordo com ele, prometendo uma recompensa caso cumprisse fielmente certas condições.

É verdade que a palavra "aliança" não ocorre nos primeiros registros de Gênesis, em conexão com a primeira transação entre Deus e o homem, mas os fatos se apresentam como elementos constitutivos de uma aliança. Na breve declaração fornecida em Gênesis 2.17 podemos apreciar todos os princípios eternos da verdade, justiça e retidão. Princípios que fazem a glória do caráter de Deus e que, em consequência, regulam o exercício de seu governo em todas suas esferas e eras. Existe uma confissão de sua autoridade para governar a criatura de suas mãos, uma revelação de sua vontade com quanto

Ele requer de sua criatura, um solene ameaça que seguramente seguiria a desobediência e uma clara promessa de recompensa no caso de obediência. Um único teste foi estipulado mediante, pelo qual, mediante a obediência foi formalmente expresso: abstinência do fruto da única árvore proibida.

> *"O pacto de obras em sua natureza era ideal, desenhado para dar – e deu alegria ininterrupta – uma felicidade interminável sempre que suas exigências fossem observadas. É certo em todo universo moral de Deus este fato, porque o homem não é a única criatura que está sob o governo Dele. Ela é a lei dos anjos. Porque a natureza deles, não menos, – com respeito a natureza de santidade – está perfeitamente adaptada a lei. Aqueles que "conservaram seu primeiro estado", se conformaram perfeitamente a todas suas exigências. A guardaram e cumpriram por amor; amor fervoroso por Deus e por todos seus companheiros celestiais. E agora, o céu está*

> *impregnado com as harmonias inquebráveis do amor. E quão indescritível felicidade! "O homem", disse Paulo, "que pratica a justiça da lei, vivera pela lei" (Romanos 10.5). Sua felicidade é eterna" (R. B. Howell, 1855)*

Então, Deus entrou em uma aliança com Adão e toda sua descendência em que, sempre e quando obedecia ao único mandamento de não tomar da árvore do conhecimento do bem e do mal, lhes daria como recompensa um estado de santidade e retidão imutáveis. Também não foi, esta transação, excepcional nas outras alianças de Deus com nossa raça. Porque também foi realizado alianças com outros homens que afetaram toda sua descendência: isto veremos bem quando tratarmos dos pactos que Deus fez com Noé e Abraão. A aliança que Deus, o Senhor, realizou com Adão foi chamada de forma muito adequada "aliança de obras" não somente para distingui-la da aliança da graça, mas também porque, por meio dela, era prometido vida sob condição de perfeita obediência, que deveria ser realizada pelo homem em suas próprias forças como

criatura.

Vamos agora, considerar a sanção penal da aliança. Ela está contida nestas palavras: “no dia em que dela comeres, certamente morrerás. ” (Gênesis 2.17). Aqui se deu a conhecer o terrível castigo que, seguramente, cairia sobre Adão se desobedecesse ou violasse a aliança. Todas as bênçãos da aliança deveriam cessar imediatamente. Transgredir a justa lei de Deus não apenas impediria todas a bênçãos, mas converteria elas em uma fonte de maldições e aflições. A aliança de obras não oferecia nenhum mediador nem outro método de restauração à pureza e bem-aventurança perdida. Entre a benção da obediência e a maldição da desobediência não havia um meio termo. Então, com relação aos termos da aliança das obras, sua inflexível sentença foi: ”A alma que pecar, essa morrerá”.

“Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás. ” (Genesis 2.17). Deve ser observado que a ameaça de Deus era uma consequente e imediata punição do pecado a ser infligida sobre os rebeldes e desobedientes. Esta

morte que agora recaiu aos homens não é meramente uma calamidade natural, mas uma execução penal. Não é uma "dívida" que ele deve à natureza, mas uma sentença judicial que lhe é transmitida pelo juiz divino. A morte veio por causa dos nossos primeiros pais, nosso cabeça e representante federal, porque ele tomou do fruto proibido, e por nenhuma outra razão. Isto era adequado a autoridade de Deus e sua santa vontade, a saber, que deveria existir uma conexão inconfundível entre o pecado e sua punição, de modo que é impossível para qualquer pecador escapar do salário do pecado, a menos que outro pague a dívida em seu lugar – substituto que a aliança das obras não dava a entender.

"Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.", ou como a margem diz : "morrendo tu deverás morrer". Esta horrenda ameaça foi colocada em termos gerais. Não foi dito "morrerás fisicamente", mas simplesmente que "certamente morrerás". A ausência de qualquer adverbio modificador mostra que o termo "morte"

deve ser tomado no sentido mais amplo e definido conforme o que a palavra significa ao longo de toda Escritura. É muita presunção de nossa parte limitar o que Deus não limitou. Longe de nós ofuscar os sentidos das ameaças divinas. A expressão "morrendo tu deverás morrer" – que expressa de modo mais acurado e preciso o original hebraico – mostra que as palavras devem ser tomadas em sua ênfase completa.

Primeiro, veremos a morte física, cujo germes que estão em nossos corpos desde o início de nossa existência, desde o momento que obtemos nosso primeiro alimento, começamos a morrer, E, não pode ser de outra maneira quando notamos que nascemos em iniquidade e que fomos concedidos em pecado (Salmos 51.5). Desde o nascimento nosso corpo físico está indisposto e totalmente incapaz de ser residência eterna para a alma. Assim, deve ocorrer uma separação. Por meio dessa separação, as coisas boas do corpo, os "prazeres do pecado" sobre os quais a alma tanto se deleita são deixados. Assim, se tornam igualmente verdade para todos que: "Nu saí do ventre de minha mãe e nu

voltarei; o SENHOR o deu e o SENHOR o tomou; bendito seja o nome do SENHOR! ” (Jó 1.21). Deus deu a entender isto para Adão quando disse: “No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás. ” (Gênesis 3.19).

Segundo, “por morte se entende todo esse trabalho árduo e extenso, essa profunda dor, todas as misérias pelas quais a vida deve ser vivida e que terminam por converter-se nos tristes prenúncios de uma morte certa. O homem foi condenado para estas coisas: veja Gênesis 3.16-19 – o todo dessa sentença se encontra na ameaça anterior de Gênesis 2.17. Faraó chamou de “morte” todas essas misérias (Êxodo 10.17). Davi se refere a sua dor e toda sua angústia como “Laços de morte” (Salmo 116.3); por esses “laços” a morte prende e sufoca o homem para leva-lo até sua masmorra. Assim como “vida” não é meramente viver, mas ser feliz, a “morte” não é o partir desta vida em um momento, mas sim uma longa expectativa, medo e previsão de uma morte certa, porém, sem conhecimento do tempo que Deus já preordenou” (H. Witsius).

Terceiro, “morte” na Escritura também significa morte espiritual ou separação de Deus. Isto é o que o apóstolo chamou de “alheios à vida de Deus” (Efésios 4.18), sendo que a “vida de Deus” ilumina, santifica e revigora as almas dos regenerados. A verdadeira vida da alma se trata de sabedoria, amor puro e regozijo de uma boa consciência. A morte espiritual da alma se trata de loucura, concupiscência perversa e de terrores de uma má consciência. Por isso é que ao falar daqueles que estão “alheios à vida de Deus” o apóstolo imediatamente completa dizendo: “por causa da ignorância em que vivem, pela dureza do seu coração, os quais, tendo-se tornado insensíveis, se entregaram à dissolução para, com avidez, cometerem toda sorte de impureza.”. Então, o não-regenerado é totalmente incapaz para comunhão com o Deus santo e vivo.

> *“Explicarei com maior profundidade a natureza desta morte (espiritual). Todos os corpos, vivos e mortos, possuem movimento. Um corpo vivo se move pelo que é chamado de vegetação e crescimento; quando nutrido, tem uso dos*

sentidos, tem prazer e age com deleite. Considerando que o corpo morto se move por putrefação ao estado de decomposição e produção de animais repugnantes, então, na alma espiritualmente viva, haverá movimento sempre que alimentada, cuidada e engajada nos deleites divinos, enquanto tem prazer em Deus e na verdadeira sabedoria; enquanto que, pela força do seu amor, é levada a fixar-se naquilo que pode sustentar a alma e lhe dar um doce descanso. Mas a alma morta não possui nenhum sentimento, ou seja, não compreende a verdade, nem ama a justiça, mas, se revela despendida na concupiscência e carrega consigo os vermes dos pensamentos, costumes e afeições impuras. ” (H. Witsius)

A morte eterna também está incluída em Gênesis 2.17. O prelúdio dos terrores de uma consciência má, a alma privada de todas as consolações divinas e, frequentemente, cheia de grande sendo da ira de

Deus com a qual é miseravelmente pressionado. Com a decomposição física, a alma do pecador é enviada a um lugar de tormentos (Lucas 16.23-25). E, no fim do mundo, os corpos dos ímpios serão ressuscitados e suas almas unidas a eles outra vez, e, após isso, aparecerão diante do grande trono branco e serão jogados no é a morte. O salário do pecado é a morte. Que a palavra morte implica em morte eterna, é claramente exposto ao inclui-la como antítese da "vida eterna": Romanos 6.23. Os mesmos ocorrem em Romanos 5.21, verso que resume tudo o que era dito nos versos anteriores 12-20.

Tomemos uma pequena pausa e repassemos o terreno já analisado. Primeiro, temos considerado o estado favorável e feliz em que Adão foi originalmente criado. Segundo, , Observamos a lei tripla sob a qual Adão esteve no Éden como o cabeça Federal e representante legal de toda sua posteridade. Quarto, nos tempos pontuado que todos os elementos que caracteriza um pacto se vem constantemente no relato de Gênesis.: existem a parte contratante – o Senhor Deus e Adão – existia a

estipulação – obediência. E por último, teríamos a recompensa que surge por necessidade; uma confirmação imutável em um estado de santidade e um direito inalienável ao paraíso eterno.

Para seguir com a sequência lógica, devemos examinar de mofo apropriado aquilo que seria o "selo" da aliança, isto é, o símbolo forma e o selo de sua ratificação; mas iremos postergar nossa consideração até o próximo capítulo, no qual concluiremos o que tenho para dizer sobre a Aliança Adâmica. Desse modo, passarei a falar sobre o consentimento que Adão deu à aliança que o Senhor pós diante dele. Isto pode ser inferido, primeiro, da mesma lei de sua natureza: sendo ele a imagem e semelhança de Deus, não havia nada nele contrário a sua santa vontade, nada opunha as justas exigências para que ele prontamente atendesse a aliança.

"Adão, sendo santo, não recusaria entrar em um compromisso justo com seu Criador e, sento inteligente, não proporia aperfeiçoamento de suas condições." (W. Sledd): um "aperfeiçoamento" que, com base nos cumprimentos dos termos da aliança,

resultaria em torna-lo santo e feliz de modo imutável para que pudesse ter vida espiritual indefectível, deixando para trás todo ponto de apostasia e miséria. A única possível alternativa para o consentimento livre de Adão para ser participante da aliança seria recusar, opção essa impensável em um ser puro e sem pecado. As palavras que Eva disse a serpente em Gênesis 3.2-3 deixam claro que Adão havia dado sua palavra de não desobedecer ao Criador. Citarei de outro que habilidosamente explica este ponto:

> *"O assentimento voluntário das partes é algo presente em toda aliança: uma parte deve fazer a proposta: Deus propôs os termos como uma expressão de sua vontade, o qual é seu acordo ou consentimento. Enquanto para o homem, já foi observado que não poderia ter recusado os termos provenientes da sabedoria e benevolência Divinas sem cair em uma oposição irracional a vontade de seu Criador. Daí concluímos que Adão devia aceitar de boa vontade os*

termos propostos. Mas, isso é mais fácil, quando sua natureza é inspecionada – quando devemos que em tudo era adaptado e vantajoso para o homem e que nada estava proposto como desvantagem.

E se analisarmos a história da Escrituras, chegaremos a mesma conclusão. Porque (1) não existe um vestígio de algo como uma recusa da parte de Adão antes do ato de violação. Toada a história é perfeitamente consistente com a suposição de que ele concordou alegremente. (2) É evidente que Eva considerava o mandamento mais adequado e apropriado. Ela se expressou para a serpente dando-lhe o mandamento de Deus como a razão para sua abstinência. Esta informação ela obteve de seu marido, porque ela não tinha sido criada no momento em que a aliança foi entregue a Adão. Portanto, inferimos o consentimento de Adão. (3) Adão estava,

após seu pecado, abundantemente predisposto a desculpar-se: ele expos a mulher e, indiretamente a Deus por dar-lhe sua esposa. Agora, com toda a certeza, se Adão pudesse, na verdade, ter dito que nunca me consenti em abster-se ou nunca concordei com os termos propostos – não quebrei nenhuma promessa – ele apresentaria essa desculpa ou apenas responderia a Deus; mas, de acordo com a Escritura, ele não ofereceu nada como uma desculpa. Pode algum homem razoável desejar mais evidências acerca do consentimento de Adão? (4) Observe as consequências. Os males penais resultaram: tristeza e morte, e, portanto, porque Deus é justo, inferimos as relações legais. O juiz de toda terra não puniria onde não fosse praticado crime." (Geo. Junkin, 1839)

PARTE V

Agora, vamos considerar o selo que o Senhor colocou sobre a aliança com o cabeça federal da raça humana. Esta é, sem dúvidas, a parte mais difícil do nosso assunto, e, por essa razão, a menos compreendida em muitos círculos hoje. Tão grande é a ignorância espiritual, que muitos círculos falam que o selo do pacto é um termo ininteligível, mesmo que o selo seja uma parte intrínseca e essencial nas variadas alianças divinas. Assim, nosso estudo sobre à aliança Adâmica não estaria completo se nos esquivássemos de um dos objetos centrais e mais proeminentes do breve relato de Gênesis. Ainda que misterioso, outras passagens dão luz a ele. Oh! Que o Espírito Santo nos guiar a esta verdade.

"Do solo fez o SENHOR Deus brotar toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento; e também a árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conhecimento do bem e do mal." (Gênesis 2.9). Antes de mais nada, permita-me dizer enfaticamente que consideramos que estes versículos está falando de duas árvores reais, literais. O fato de se nos dizer que eram "agradáveis à vista", nos

obriga a considera-las como entidades visíveis e tangíveis. Em segundo lugar, é igualmente óbvio do que se diz delas, que eram duas árvores extraordinárias e peculiares em si mesmas. Estavam "no meio do jardim", e, do que está registrado em conexão com Gênesis 3, está claro que elas diferiam radicalmente de todas as outras árvores no Éden. Em terceiro lugar, não podemos escapar a conclusão que estas duas árvores estavam revestidas de um significado simbólico designado por Deus para instruir Adão, do mesmo modo como as outras instituições positivas fazem conosco.

> *"Aprouve o bendito e poderoso Deus, em cada economia de suas alianças, confirmar, por alguns símbolos sagrados a certeza de suas promessas e, ao mesmo tempo, relembrar ao homem na aliança seus deveres" (H. Witsius)*

Exemplos ou ilustrações desse princípio podem ser vistos no arco-íris pelo qual Deus ratificou a aliança que fez com Noé (Gênesis 9.12,13), e a circuncisão que foi o sinal externo da confirmação da aliança feita com Abraão (Gênesis 17.9,11). Nestes casos,

então, podemos perceber a quão propriamente A. A. Hodge deu a definição de selo: "Um selo da aliança é um sinal externo e visível, designado por Deus como garantia de sua fidelidade e como penhor das bênçãos prometidas na aliança". Em outras palavras, o selo da aliança é um símbolo externo que ratifica a validade dos termos, assim como a assinatura de duas testemunhas selam a vontade de um homem.

Agora, como mostramos no capítulo anterior, a linguagem de Gênesis 2.17 não apenas pronunciou uma maldição em caso de desobediência de tomar do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, mas, por necessária implicação ela anunciou a benção sobre a obediência em não comer do fruto proibido. A maldição era a morte, com tudo o que está vinculado e envolvido nela; a benção era a confirmação e continuidade de toda a felicidade que o homem gozava em seu estado de inocência. Em sua infinita condescendência, o Senhor Deus se satisfez em confirmar ou selar os termos de sua aliança com Adão – contidos em Gênesis 2.17 – por um simbólico e visível emblema ratificando a aliança; como ele fez com Noé pelo arco-íris e com

Abraão pela circuncisão. Com Adão, este símbolo confirmatório consistiu da "árvore da vida" no meio do jardim.

Um selo, então, é uma instituição divina que foi designada para significar as bênçãos prometidas na aliança, e para dar garantia aqueles que cumprissem fielmente com os termos. Mesmo o nome desta simbólica, mas real, árvore revelava seu propósito: ela foi "a árvore da vida". Não que seu fruto tivesse a virtude de comunicar imortalidade física – como se qualquer material pudesse fazer isso. Como uma concepção grosseira e carnal, é muito mais parecido com as fábulas judaicas e de Maometanos do que uma interpretação sóbria e espiritual das coisas. Não, tal como a outra árvore, por contraste, era para Adão a "árvore do conhecimento do bem e do mal" – do "bem" enquanto ele preservava sua integridade e do "mal" quando ele desobedecesse seu Criador – assim esta outra árvore era tanto o símbolo como a garantia de uma vida espiritual que estava inseparavelmente conectada a sua obediência.

> *"Estava destinado a ser um sinal e selo para Adão, assegurando-lhe a*

continuidade da vida e da felicidade para vida imortal e eterna mediante a graça e o favor de seu Criador sob a condição de sua perseverança neste seu estado de inocência e obediência" – (M. Henry)

Longe de ser um meio natural para prolongar a vida física de Adão, ela foi uma garantia sacramental da vida eterna e felicidade que foram assegurados como imerecida recompensa de fidelidade. Era um objeto, portanto, do qual se nutria a fé – onde o comer literal prefigurava o espiritual. Como todo sinal e selo, não estava designado para conferir a benção prometida, mas, foi uma garantia divina dada para a fé de Adão se encorajar na expectativa do prometido. Ela foi um emblema visível para trazer a lembrança o que Deus havia prometido.

É um erro fatal dos Romanistas e outros Ritualistas que sinais e selos conferem graças em si mesmos. Não é assim. Apenas na medida que a fé está sendo exercitada é que são meios de graça. Romanos 4.11 nos ajudará a compreender este ponto: "E recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda incircunciso; para vir a ser o pai

de todos os que creem, embora não circuncidados, a fim de que lhes fosse imputada a justiça,". Para Abraão, a circuncisão era tanto um sinal como um selo: sinal de que já havia sido justificado e um selo (garantia) que Deus faria as promessas que ele tinha endereçado a sua fé. Assim, o rito, no lugar de conferir algo, apenas confirmava o que Abraão já possuía. Para Abraão, a circuncisão era a garantia de que a justiça que ele possuía pela fé (antes de ser circuncidado) chegaria ou seria imputado aos crentes Gentios.

Assim como o arco-íris foi um sinal confirmatório e o selo das promessas da aliança que Deus fez com Noé, como a circuncisão era sinal e selo promessa do pacto com Abraão, a árvore da vida era sinal e selo das promessas do pacto feito com Adão. Isso foi apontado por Deus como garantia de sua fidelidade e como um penhor das bênçãos que a fidelidade continuada poderia assegurar. Deve ser expressamente pontuado que, em concordância com o caráter distintivo desta presente dispensação antitípica – quando a substância substituiu as sobras – embora o batismo e a Ceia do Senhor sejam

ordenanças divinas, ainda sim, não são selos para os Cristãos. O Selo da "Nova Aliança" é o próprio Espírito Santo (veja 2Co 1.22; Ef 1.13; 4.30)! O dom do bendito Espírito é penhor ou garantia de nossa futura herança.

As referências a "árvore da vida" no Novo Testamento confirmam o que foi dito nos parágrafos acima. Em Apocalipse 2.7 ouvimos o Senhor Jesus dizer: "Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao vencedor, dar-lhe-ei que se alimente da árvore da vida que se encontra no paraíso de Deus.". Estas palavras expressão a promessa de vida eterna – a perfeição e consumação da santidade e felicidade – fazendo clara alusão a Gênesis 2.9. Esta é a primeira das sete promessas feita por Cristo ao vencedor de Apocalipse 2 e 3, mostrando que este imutável dom (vida eterna) é o fundamento de todas as outras bençõe inestimáveis que Cristo com sua vitória assegurou como herança destes que, pela Sua graça, são fieis até a morte. Cada santo vitorioso deverá comer da "árvore da vida"; isto é ser estabelecido de modo imutável em estado de felicidade e beatitude eternas.

"Então, disse o SENHOR Deus: Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal; assim, que não estenda a mão, e tome também da árvore da vida, e coma, e viva eternamente. O SENHOR Deus, por isso, o lançou fora do jardim do Éden, a fim de lavrar a terra de que fora tomado. E, expulso o homem, colocou querubins ao oriente do jardim do Éden e o refulgir de uma espada que se revolvia, para guardar o caminho da árvore da vida."(Gên 3:22-24)

Esta é a passagem que os literalistas carnais têm desviado seu significado espiritual e simbólico levando-o a perversão. Pelas Palavras de Deus '' assim, que não estenda a mão, e tome também da árvore da vida, e coma, e viva eternamente" eles concluem que as propriedades daquela árvore eram capazes de proporcionar imortalidade física. Confiamos que o leitor concordará conosco que isso é uma absurdidade; ainda assim, dado que tal barbárie tem sido tão amplamente difundida,

sentimos que são necessárias algumas palavras que expõe essa falácia.

Tomar e comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e d mal não implica em nenhum conhecimento em si; foi ao tomar do seu fruto, em oposição à ordem de Deus, que Adão e Eva obtiveram em se mesmos um conhecimento experimental do mal, isto é, experimentando a amargura da maldição de Deus; assim como por sua obediência anterior tiveram um conhecimento pessoal do bem, experimentando a doçura das bênçãos de Deus. De igual modo, o apenas tomar da árvore da vida não poderia proporcionar imortalidade física mais do que alimentar-se do maná poderia imortalizar os israelitas no deserto. Ambas as árvores eram instituições simbólicas e, ao contempla-las, Adão era relembrado os benditos e solenes conteúdos da aliança, da qual estes não eram mais que sinais e selos.

Supor que o Senhor Deus estava apreensivo que nossos pais caídos pudessem comer da árvore da vida e perpetuassem sua existência é a mais alta absurdidade; porque sua sentença de morte estava

sobre eles. O que, então, estas palavras denotam? Primeiro, que tivesse Adão permanecido fiel a Deus, confirmado em um estado de santidade e felicidade, a vida espiritual teria sido sua possessão inalienável – a árvore sacramental sendo uma antecipação – mas, ao violar a aliança perdeu todo o direito a benção. Deve estar em nossa mente que ao cair, Adão perdeu muito mais que a imortalidade física. Segundo, Deus baniu Adão do Éden "para que" o homem pobre, cego e enganado – agora exposto ao erro – não pensasse que comendo da árvore da vida, poderia recuperar o que foi irrevogavelmente perdido.

> *"E, havendo lançado fora o homem, pôs querubins ao oriente do jardim do Éden e uma espada inflamada que andava ao redor, para guardar o caminho da árvore da vida." (Gên 3.24)*

Indesculpavelmente solene é isto: que desse modo nossos primeiros pais foram impedidos de apropriar-se profanamente daquilo que não lhes pertencia, fazendo-se assim, mais plenamente consciente do amplo alcance de sua maldição. Foi expulso da

presença da árvore da vida e a guarda do caminho pela espada flamejante indicava sua condenação irrevogável. Ao contrário à ideia prevalecente, eu acredito que Adão foi eternamente perdido. Ele é mencionado novamente uma vez mais em Gênesis onde lemos: "E Adão viveu cento e trinta anos, e gerou um filho à sua semelhança, conforme a sua imagem" (5.3). Ele não aparece na lista daqueles que testemunharam a fé em Hebreus 11! Ele está uniformemente apresentado no Novo Testamento como a fonte da morte, assim como Cristo a fonte da vida (Rom 5.12-19; 1Co 15.22).

Em seu mais profundo significado, a árvore da vida era um emblema e tipo de Cristo:

> *"A árvore da vida se referia ao Filho de Deus, não tanto como Cristo e Mediador (sendo essa consideração mais própria a outra aliança), mas como a Vida do homem em cada condição e fonte de toda felicidade. E que bem representava esse símbolo externo ao amado de Deus, por cuja glória Ele fez e faz todas as coisas, para que, incluso ali, o homem fosse*

capaz de reconhece-lo. Daí, Cristo ser chamado de "a Árvore da Vida" (Apocalipse 22.2). O que, agora, por seus méritos e eficácia, é como Mediador, sempre foi coo o Filho de Deus; porque, assim como por meio Dele, o homem foi criado e dotado de vida animal, assim também, por meio Dele, haveria sido transformado e abençoado com uma vida celestial. Nem tampouco poderia ter sido a vida do pecador, como Mediador, a não ser que desde o princípio o fora do homem em seu estado de inocência como Deus; tendo vida em Si mesmo e sendo Ele mesmo a vida" (H. Witsius)

Assim, pois, frente aos olhos de um Adão e Eva sem pecado, foi colocado o que cremos ser a primeira prefiguração de Cristo. E, que emblema idóneo e notável! Consideremos essas prefigurações:

1— O mesmo nome obviamente aponta para o Senhor Jesus, de quem lemos "Nele, estava a vida e a vida era a luz dos homens;" (João 1.4). Estas palavras devem ser consideradas

em seu mais amplo alcance. Toda vida reside em Cristo: natural, espiritual, de ressurreição e eterna. “Porque para mim o viver é Cristo, e o morrer é ganho” Fp 1.21, declara o santo que vive em Cristo (2Co 5.17; Jo 6.50-57) e assim o fará por toda a eternidade (1Ts 4.17)

2— A posição ocupada: “no meio do jardim” (Gn 2.9). Note como este detalhe é enfatizado em Apocalipse 2.7 “no meio do paraíso de Deus” e “no meio da sua praça” (apocalipse 22.2) e compare com “eis que estava no meio do trono e dos quatro animais viventes e entre os anciãos um Cordeiro” (Apocalipse 5.6). Cristo é o centro da glória celestial e das bem-aventuranças.

3— Em seu significado sacramental: No Éden a árvore simbólica da vida permanece como o selo do pacto, como a garantia da fidelidade Divina, como a ratificação de suas promessas a Adão. E, assim, de seu antítipo lemos: “Porque todas quantas promessas há de Deus são nele sim” (2 Co 1.20). Sim, é em Cristo que as promessas da aliança eterna são seladas e asseguradas.

4— Seu atrativo: “agradável a vista e boa para comer” (Gn 2.9). Quanto mais é verdade do Salvador: para os redimidos Ele é “o mais formoso do que os filhos dos homens” (Sl 45.2). Sim, “todo Ele é desejável” (Ct 5.16). E quando o crente é favorecido com um período de íntima comunhão com Ele, há de ser dito “o seu fruto é doce ao meu paladar” (Ct 2.3)

5— Os apóstatas rebeldes foram excluídos da simbólica árvore da vida (Gn 3.24). Da mesma forma, todos os pecadores impenitentes serão excluídos da árvore antitípica: “os quais, por castigo, padecerão eterna perdição, ante a face do Senhor e a glória do seu poder” (2 Ts 1.9)

> *“Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras no sangue do Cordeiro, para que tenham direito à árvore da vida e possam entrar na cidade pelas portas. “(Apo 22:14)*

Esta é a última vez que se menciona a árvore da vida nas Escrituras, no bendito e marcado contraste com

o relato de Gênesis 3.22-24. Ali contemplamos o rebelde desobediente sob a maldição de Deus, divinamente excluído da árvore da vida, pois, sob a antiga aliança não foi realizada provisão para o homem ser restaurado. Mas, aqui, vemos a última vez que se faz referência a árvore da vida, vemos uma companhia debaixo da Nova Aliança, declarados pelo próprio Deus como "bem-aventurados", a quem foi dado o espírito de obediência para que tivessem direito a desfrutar da árvore da vida para sempre. Esse "direito" é tríplice: o direito concedido pela promessa divina (Hebreus 5.9), o direito à satisfação pessoal (Hebreus 12.14) e o direito das credenciais evidentes (Tg 2.21-25). Somente aqueles que, tendo sido criados em Cristo, guardaram seus mandamentos, entrarão na Jerusalém celestial e serão deliciados eternamente pela árvore da vida.

PARTE VI

Este pacto primordial ou aliança das obras foi aquele acordo que Deus fez com Adão como cabeça federal e representativa de toda família humana. Ela foi realizada com ele no estado de inocência santidade e justiça. Os termos daquela aliança consistiam em perfeita e contínua obediência da parte do homem e da promessa de confirmação dele em santidade e felicidade imutáveis da parte de Deus. Um teste foi dado pelo qual sua obediência ou desobediência deveriam ser evidenciados. Este teste consistia de uma única ordenança positiva: abstinência do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Foi assim chamado porque tanto Adão se mantivesse fiel e obediente desfrutaria de um "bem" inestimável próprio da comunhão com seu criador, e, porque tanto assim desobedeceu, ele provou a amargura do "mal" que teve ao perder a comunhão com Deus.

Como vimos nos capítulos anteriores, todos os elementos próprios de uma aliança formal aparecem claramente no relato de Gênesis. Um requerimento foi realizado – obediência; uma sanção penal foi

anexada – morte como a penalidade da desobediência; uma recompensa foi prometida para a obediência – confirmação em vida. Adão consentiu com os termos; tudo foi divinamente selado pela árvore da vida – que recebeu esse nome porque foi o sinal externo da vida prometida na aliança, da qual Adão foi excluído por causa de sua apostasia, e para a qual os redimidos são restaurados por meio do último Adão (Apocalipse 2.7). Então, a Escritura apresenta todos os elementos essenciais de uma aliança como coexistindo naquela constituição sobre a qual nossos primeiros pais foram originalmente colocados.

Adão decidiu, perversamente, comer do fruto da árvore proibida, incorrendo, assim, na terrível culpabilidade de violar a aliança. Em seu pecado houve uma junção de vários crimes: em Romanos 5 foi chamado de "ofensa", "desobediência", "transgressão". Adão foi colocado em teste para ver se considerava a vontade de Deus como algo sagrado, e ele falhou preferindo sua própria vontade e caminho. Ele falhou em amar a Deus com todo seu coração. Se rebelou contra a autoridade

suprema; ele desacreditou sua santa veracidade; ele, deliberadamente e presunçosamente, desafiou Deus. Por isso, em uma época posterior na história de Israel, Deus disse: “Mas eles transgrediram a aliança, como Adão; eles se portaram aleivosamente contra mim. (Oséias 6:7)”. Mesmo Darby (notas em Oséias, Synopsis. Vol 2, p. 472) reconhece, “porque eles, como Adão, tinham transgredido a aliança”.

É para esta declaração divina de Oséias 6.7 que o apóstolo faz referência quando, de Adão, ele declara que ele foi “a figura do que havia de vir”. Deve-se notar que Adão não era visto de modo singular em sua criação simplesmente, mas sim como ele está relacionado a uma descendência cuja situação foi incluída na dele. Como vicário de sua raça, Adão desobedeceu ao estatuto do Éden no lugar deles. De igual modo, Cristo, o “segundo Adão” (1Coríntios 14.45), que obedeceu a lei moral como representante do seu povo: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo (Romanos 5.12)”. Esta é uma declaração realmente notável e requer nossa maior atenção. Eva também pecou, ela pecou Antes mesmo de Adão; então,

porque nós não dizemos que “por uma mulher entrou o pecado no mundo?” - Más, ela é, igualmente com Adão, uma raiz de propagação.

Só existe uma resposta possível para a questão acima: porque Adão foi a única pessoa pública e cabeça federal que nos representava, e não Eva. Adão foi o representante legal de Eva tanto quanto de sua posteridade, porque ela foi tomada dele. Isto é mais que confirmado no relato histórico de Gênesis: quando Eva tomou do fruto proibido não se evidenciou mudanças; mas, quando Adão o fez, “os olhos de ambos foram abertos, e eles souberam que estavam nus (Gênesis 3.7)“. Isto significa que foram instantaneamente conscientes de que haviam perdido sua inocência e que se envergonharam de sua triste condição. Os olhos de uma consciência convicta foram abertos e, então, perceberam seu pecado e suas terríveis consequências: seu sentido de nudez física apenas delineava sua perdição espiritual.

Não somente foi por Adão (antes, tanto por Eva) que o pecado entrou no mundo, “o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação; mas a

graça transcorre de muitas ofensas, para a justificação. (Romanos 5.16)". O fato de que Eva nem sequer é mencionada em Romanos 5.12-19, ensina que a culpa de nosso cabeça federal imputada a nós é que está em consideração ali e não a natureza depravada que herdamos; porque a corrupção herdamos tanto de Adão como de Eva. O fato de que foi por uma ofensa de Adão que a condenação recaiu sobre toda sua posteridade nos mostra que seus pecados subsequentes não nos são imputados. Porque, pela sua transgressão original ele perdeu sua maior honra e privilégio lhes conferido: ao ser quebrada a aliança, ele cessou de ser uma pessoa pública, o cabeça federal da raça.

A deserção do homem, de seu estado original, foi um ato puramente voluntário da livre escolha de sua própria, mutável e autodeterminada vontade. Adão "não teria desculpa". Ao comer do fruto proibido, rompeu primeiramente a lei de seu próprio ser, violando desta forma sua própria natureza que o ligava a uma fidelidade amorosa para com seu Criador. Agora, se auto colocou no lugar de Deus. Segundo, violou a lei de Deus, que exigia uma

obediência perfeita e contínua obediência para com o Governante moral do mundo: ele usurpou o trono de Deus em seu coração. Terceiro, ao pisotear a ordenança positiva sob a qual ele foi colocado, quebrou a aliança, preferindo ficar de pé ao lado de sua esposa caída.

"Na verdade, todo homem, por mais firme que esteja, é pura vaidade.(salmo 39.5)", assim foi Adão. Na sua plena humanidade, com todas as faculdades perfeitas, em meio a um ambiente ideal, rejeitou o bem e escolheu o mal. Ele não foi enganado: a Escritura declara que não foi (1Timóteo 2.14). Ele sabia bem o que estava fazendo.

> *"Deliberadamente, ele destruiu a si mesmo e a nós. Deliberadamente ele pulou do precipício. Deliberadamente ele assassinou gerações não numeradas. Como muitos outros que amaram 'sem discrição, mas com excesso', ele não perderia Eva. Ele escolheu Eva em vez de Deus. Ele determinou que ele a teria mesmo se fosses ao inferno com ela" (G.S. Bishop).*

As consequências foram terríveis. A sentença de morte caiu sobre Adão no dia em que ele pecou, embora, por causa de sua posteridade, a execução total fosse adiada.

Como declara Romanos 5.12: “Portanto, assim como por um só homem [o primeiro homem, o pai da nossa raça] entrou [como o acusador solene mais pesado no banco de testemunhos] o pecado [culpa, crime condenação] no mundo [não no universo, porque ele já havia sido contaminado pela rebelião de Satanás e seus anjos, mas o mundo da humanidade caída], e pelo pecado, a morte [como uma injunção judicial], assim também a morte [como o castigo divino] passou [como sentença penal do juiz de toda a terra] a todos os homens [todos, nem mesmo infantes sendo isentos], porque [pecou no único homem, o cabeça federal, o representante legal de todos os homens] todos pecaram [não é dito: todos pecaram agora; nem: todos são inerentemente pecadores, ainda que isso esteja cero, mas diz: em quem todos pecaram, no Éden].”.

Correto e terrível, como foi, o resultado da aliança

adâmica, ainda assim podemos, com admiração, perceber a sabedoria divina no mesmo. Se Deus permitisse que Adão permanecesse reto, toda sua posteridade teria sido eternamente feliz. Adão haveria, então, de ser realmente o salvador da sua descendência, e, enquanto desfrutava de uma bem-aventurança eterna, toda sua posteridade teria exclamado: "Por tudo isso, estamos em dívida com nosso primeiro pai". E que homem agraciado pode deixar de perceber que isso haveria de ser uma gloria demasiadamente elevada para uma criatura finita? Somente o último Adão teria o direito e era capaz de sustentar tal honra. Assim, o primeiro homem, que era da terra, deve cair de modo a abrir caminho para o segundo homem, que é "o Senhor do céu".

Além disso, deve-se ressaltar que, ao tomar esse modo de manchar o orgulho humano (envolvendo a terrível queda do rei de nossa raça), mostrando sua própria sabedoria infinita e assegurando a glória de seu Filho amado (de modo que, em todas as coisas Ele tem a preeminência), Deus não fez a menor infração de sua justiça. Ao decretar e permitir a

queda de Adão, com sua consequente imputação da culta de sua ofensa a toda sua posteridade, Deus não prejudicou nenhum homem. Isso deve ser enfaticamente insistido e claramente apontado, para que alguns em sua soberba flagrante sejam culpados de carregar o Altíssimo com injustiça. Deus e inflexivelmente justo, e todos os seus caminhos são corretor e justos. Nem é o que agora estamos considerando uma exceção; e isso será percebido, uma vez que seja entendido com clareza.

Ao dizer que a culpa da ofensa de Adão é imputada a toda sua posteridade, não queremos dizer que a raça humana agora está sofrendo por algo em que eles não tinham parte, que criaturas inocentes estão sendo condenadas pelo ato de outro que não pode ser posto corretamente em sua conta. Que seja claramente entendido que Deus não castiga ninguém pelo pecado pessoal de Adão, mas apenas pelo seu próprio pecado em Adão. Não só cada um de nós estava seminalmente em seus lombos no dia em que Deus o criou, mas, cada um de nós foi legalmente representado por ele quando Deus instituiu a aliança de obras. Adão agiu e tratou nessa aliança não

apenas como um ser privado, mas como pessoa pública; não simplesmente como um único indivíduo, mas como garantia e patrocinados de sua raça; Nem é lícito para nós colocar em causa a satisfação desse acordo: todas as obras de Deus são perfeitas, todos os seus caminhos são ordenados pela infinita sabedoria e justiça.

Por necessidade, a criatura está sujeita ao Criador, e sua lealdade e fidelidade devem ser colocadas à prova. Na natureza do caso, apenas duas alternativas eram possíveis: a família humana deve ser colocada em liberdade condicional na pessoa de uma cabeça e representante responsável e adequado, ou, cada membro individual deve ser provado por s mesmo. Mais uma vez citamos as palavras do Bispo: “a raça deve ou estava em um homem adulto, com intelecto pleno, ou, como bebês, cada um entrou em prova no crepúsculo da autoconsciência, cada um decidindo o seu próprio destino antes que seus olhos estivessem abertos para o significa de tudo. Quanto melhor teria sido isso? Quanto mais justo é/ Mas, não poderia ser de outro modo? Não havia outro caminho. Ou era o bebê ou o homem perfeito, bem

equipado, capacitado – o homem que viu e compreendeu tudo. Esse homem era Adão".

O modo mais simples e satisfatório de conciliação com a razão humana, a constituição federal que foi dada a Adão, é reconhecer que foi isso foi designação divina. Deus não pode fazer aquilo que é errado. Por isso, este fato é justo. O princípio da representatividade é inseparável da própria constituição da sociedade humana. O pai é o representante legal de seus filhos durante a minoridade, de modo que, o que se faz, vincula-o à família. Os chefes políticos de uma nação representam o povo, de modo que suas declarações de guerra ou tratados de paz vinculam toda a comunidade. Este princípio é tão fundamento que não pode ser reservado: os assuntos humanos não podem se movem, nem a sociedade existir sem ele. Alicerçada na natureza humana pela sabedoria de Deus, somos compelidos a reconhece-la; e, sendo a designação divina, não nos atormentamos questionando sua justiça. Se fosse injusto que Deus imputasse a culpa de Adão, também deveria ser o fato de transmitirmos sua depravação. Mas, visto

que Deus fez este último de modo justo, o vemos reivindicar justamente o primeiro

O fato de continuarmos a quebrar a aliança de obras e a desobedecer a lei de Deus, mostra nossa união com Adão sob essa aliança. Que esse fato seja devidamente pesado por aqueles que são inclinados a serem capciosos. Nossa cumplicidade com Adão em seu ato rebelde é evidenciada toda vez que pecamos contra Deus. Em vez de desafiar a justiça que nos imputou a culpa da primeira transgressão do homem, procuremos a graça para repudiar o exemplo de Adão opondo-nos a sua insubordinação, tomando sobre nós mesmos o jugo leve dos mandamentos de Deus. Finalmente, nota-se também que se somos arruinados por outro, os cristãos foram resgatados por Outro. Pelo princípio da representatividade ficamos perdidos, mas, pelo mesmo princípio da representatividade - quando Cristo ficou em nosso lugar como fiador e patrocinador – fomos salvos.

Em qual sentido é a aliança de obras ab-rogada? E, em qual sentido continua em vigor? Não podemos fazer coisa melhor que subjugar a resposta a um dos

melhores teólogos do último século:

> *"Essa aliança foi quebrada por Adão, e nenhum de seus descendentes naturais é capaz de cumprir suas condições, e, Cristo, cumprindo todas as suas condições em favor de todo seu povo, salvação é oferecida agora sob a condição de fé. Neste sentido, a aliança das obras tendo sido cumprida pelo segundo Adão está ab-rogada sob o Evangelho.*
>
> *No entanto, uma vez que se baseia nos princípios da justiça imutável, ainda liga todos os homens que não fugiram para o refúgio oferecido na justiça de Cristo. Ainda é verdade que 'aquele que praticar tais coisas, por elas viverá' e, 'a alma que pecar, essa morrerá'. Esta lei, neste sentido, permanece, e em consequência da injustiça dos homens, ela os condena. Em consequência a absoluta incapacidade dos homens em cumpri-la, atua como um mestre de escola a leva-los*

> *até Cristo. Por ter cumprido tanto a condição em que Adão falhou, como a pena que Adão incorria, tornou-se o fim dessa aliança para a justiça de todo aquele que nele crer, que nele é considerado e tratado como tendo cumprido a aliança e merecido a recompensa que prometida". (A.A. Hodge)*

Só nos resta indicar, agora, como a aliança Adâmica prefigurou a aliança eterna. Embora seja verdade que a aliança das obras e a aliança da graça são diametralmente opostas em seu caráter – baseando-se no princípio de fazer e viver, e a outra, em viver e fazer – ainda há alguns pontos de concordância entre elas.

O engajamento que o Pai realizou com o Mediador antes da fundação do mundo foi prefigurado no Éden nos seguintes pontos:

> 1— Adão aquele com quem se fez uma aliança, entrou ao mundo como nenhum outro. Sem ser gerado por pais humanos, foi produzido milagrosamente por Deus; assim

também com Cristo.
2— Nada além de Adão, de entre toda a raça humana, entrou neste mundo com uma constituição pura e natureza santa; assim também com Cristo.
3— Sua esposa foi tomada dele, de modo tal que pode dizer: “Esta é osso dos meus ossos e carne da minha carne” (Gn 2.3)ç da noiva de Cristo se diz: ‘somos membros de seu corpo” (Ef 5.30)
4— Adão se identificou voluntariamente com sua esposa caída. Ele não foi enganado (1Tm 2.14), assim, por amá-la, não podia vê-la perecer sozinha; de igual modo, Cristo tomou voluntariamente sobre si os pecados de seu povo (Ef 5.25)
5— Em consequência disso, Adão caiu sob a maldição de Deus; Cristo suportou a maldição de Deus (Gl 3.13)
6— O pai da humanidade era cabeça federal dos filhos; assim Cristo, o “segundo Adão”, é o cabeça federal de seu povo.
7— O que Adão fez, foi imputado a todos a quem ele representava; o mesmo sucede com

Cristo: “Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos. (Romanos 5:19)”

---

[1] Antigo Testamento canônico é diferente de Antigo Testamento no sentido de Antiga Aliança. No presente trabalho, Antigo Testamento, será sempre referência ao cânon veterotestamentário.

[2] Arthur W. Pink

[3] A. W. Pink, 9% Kindle

[4] Bavinck, v2, p.553

[5] Covenant Theology, Coxe/Owen, p.37-38, (Tradução Rafael Abreu)

[6] Turretini, v1, p.727 – Destaque meu

[7] Calvino, Institutas, v2.I.4 – Destaque meu

[8] *“Non posse non pecare”*, termo cunhado por Agostinho de Hipona. Definimos o pecado como qualquer falta de conformidade com a lei divina.

[9] Covenant Theology, Owen/Coxe, p.169-170 – Tradução Rafael Abreu

[10] Andrew Woolsey, Unidade e continuidade da doutrina da Aliança, p.202

[11] A justificação não para salvação, mas, para o recebimento das promessas do pacto subsequente em questão. Por exemplo, a terra prometida.

[12] Nota do tradutor/editor: Referência ao ensino do dispensacionalismo